

# Rodoviária do Tejo, SA



**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO  
2010**

**Rodoviária do Tejo, SA**  
**Sede: Rua do Nogueiral, Edifício Galinha – 2350/413 Torres Novas**  
**Capital Social: 9.125.287,85 Euros**  
**Registada na Conservatória do Registo Comercial de Torres Novas**  
**NIF: 502 513 900**



## Índice

<b>1. Relatório de Gestão</b>	
<b>1.1 Órgãos Sociais</b> .....	<b>4</b>
<b>1.2 Estrutura Accionista/Estrutura do Grupo</b> .....	<b>5</b>
<b>1.3 Introdução (mensagem do Conselho de Administração)</b> .....	<b>6</b>
<b>1.4 Análise da Actividade</b>	
1.4.1 Oferta .....	9
1.4.2 Procura .....	10
1.4.2.1 Serviço Urbano .....	11
1.4.2.2 Serviço Interurbano .....	12
1.4.3 Recursos Humanos .....	13
1.4.4 Frota .....	15
<b>1.5 Análise Económica e Financeira</b>	
1.5.1 Resultados Económicos.....	16
1.5.2 Situação Patrimonial e Estrutura Financeira.....	18
1.5.3 Investimentos e Desinvestimentos .....	20
<b>1.6 Factos Relevantes Após o Termo do Exercício</b> .....	<b>21</b>
<b>1.7 Evolução Previsível</b> .....	<b>21</b>
<b>1.8 Acções Próprias</b> .....	<b>22</b>
<b>2. Demonstrações Financeiras Consolidadas</b>	
<b>2.1 Balanço</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2 Demonstração de Resultados</b> .....	<b>24</b>
<b>2.3 Demonstração de Capital Próprio</b> .....	<b>25</b>
<b>2.4 Demonstração de Fluxos de Caixa</b> .....	<b>26</b>
<b>2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>27</b>
<b>3. Certificação Legal de Contas</b> .....	<b>49</b>
<b>4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b> .....	<b>51</b>
<b>5. Relatório e Contas Individuais</b> .....	<b>53</b>
<b>5.1 Relatório de Gestão</b> .....	<b>54</b>
<b>5.2 Aplicação de Resultados</b> .....	<b>55</b>
<b>5.3. Balanço</b> .....	<b>56</b>
<b>5.4. Demonstração de Resultados</b> .....	<b>57</b>
<b>5.5. Demonstração de Capital Próprio</b> .....	<b>58</b>

5.6. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	59
5.7. Anexo às Demonstrações Financeiras .....	60
5.8. Certificação Legal de Contas .....	82
5.9. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	84
6. Anexos	
6.1. Demonstrações Financeiras Rocaldas.....	86
6.2. Demonstrações Financeiras GPS Transportes .....	90

## 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1.1 ORGÃOS SOCIAIS

#### Assembleia Geral

Amândio Alberto Fernandes Ribeiro Oliveira – Presidente  
Antero dos Santos Monteiro – Vice-Presidente  
Luís Miguel Pereira Marques – Secretário

#### Conselho de Administração

Martinho Manuel dos Santos Costa – Presidente  
Joaquim Mano Póvoas  
David Humberto Canas Pedrosa  
Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
Oswaldo Manuel da Silva Moreno (\*)  
Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira (\*)  
(\*) Executivos

#### Conselho Fiscal

Fernando Cardoso Ventura – Presidente  
Filipe Machado Anahory Garin  
Silva Neves & Teresa Marques, SROC, representada por  
Joaquim Manuel da Silva Neves, ROC

Suplentes:

Maria Teresa Prata Rosa Ferreira Marques  
Jorge Henrique Ferreira Santos

1.2 Estrutura Accionista e Estrutura do Grupo

Accionistas e Participações



### 1.3 INTRODUÇÃO

Apesar dos grandes constrangimentos provocados pela situação económica e financeira do país, a Rodoviária do Tejo cumpriu, em 2010, os grandes objectivos a que se tinha proposto.

A alta, mais uma vez, do preço dos combustíveis, teve uma influência determinante nos resultados da empresa. A factura com o gasóleo cresceu, neste ano, mais de 20%.

A integração da empresa no tecido social da região onde actua, através da ligação a autarquias, escolas empresas e clientes em geral foi um valor acrescentado fundamental para o desenvolvimento, com sucesso, da sua actividade. O capital de confiança adquirido com esta postura é uma mais-valia de valor significativo para a valorização da empresa.

Com a apresentação, em Assembleia Geral, do Relatório e Contas referente ao ano de 2010, encerra-se o período de três anos conferido a esta Administração para a condução dos negócios da empresa.

Neste período, a empresa deu mostras de um profundo dinamismo, melhorando significativamente os seus resultados, aumentando o seu valor intrínseco e ganhando importância e notoriedade no tecido social e empresarial. Tudo isto sucedeu apesar de sermos constantemente torpedeados por concorrências ferozes e desreguladas que só sobrevivem através da utilização de práticas inqualificáveis, especialmente sob o ponto de vista fiscal e remuneratório. Mais uma vez o estado demite-se da sua função reguladora e fiscalizadora.

A confiança dos accionistas permitiu canalizar a quase totalidade dos meios libertos de exploração para investimentos. Com estas decisões houve uma melhoria significativa da frota, instrumento fundamental para actividade, através da compra de elevado número de unidades novas e usadas.

O crescimento através da aquisição de empresas, a Rocaldas e a GPS, permitiu reforçar a participação da Rodoviária do Tejo nos sectores dos alugueres ocasionais e regulares a escolas e outros clientes. Realizaram-se ainda investimentos significativos em instalações de recepção aos clientes, oficiais e administrativas. Destacam-se, pela sua importância as oficinas em Torres Novas e Caldas da Rainha, a nova sede em Torres Novas, e as obras nos diversos terminais rodoviários da empresa.

O investimento no capital humano através da admissão e/ou formação de novos trabalhadores, nomeadamente quadros intermédios, melhorou substancialmente o desempenho da empresa e preparou-a para um futuro cada vez mais exigente, nomeadamente com a aproximação das datas previstas para a contratualização. A valorização dos trabalhadores da empresa, através da formação sistemática, foi também um factor importante para o desenvolvimento.

O Conselho de Administração não pode deixar de registar aqui o seu agradecimento aos trabalhadores que, com o seu empenho, qualidade e dedicação contribuíram de forma significativa para os resultados obtidos e para a colocação da empresa na rota do sucesso. O Conselho de Administração agradece ainda aos accionistas a confiança depositada que permitiu uma autonomia de gestão considerável e a canalização dos meios libertos para a valorização da empresa através de novos e significativos investimentos.

O Conselho de Administração

#### 1.4 ANÁLISE DA ACTIVIDADE

O cenário de crise no sistema financeiro e o aumento do preço do crude, são aspectos macroeconómicos que afectaram de forma relevante a actividade da empresa. A estagnação da economia nacional, com fortes restrições ao nível do consumo privado e do investimento, o crescimento do nível de desemprego, que ficou próximo dos 11%, as restrições orçamentais e de endividamento nas Autarquias e outros organismos públicos, foram igualmente aspectos relevantes nos resultados da empresa neste período.

Este contexto macroeconómico levou a que no ano de 2010 a actividade da empresa ficasse marcada:

- Pelo aumento significativo das dívidas por parte das Câmaras Municipais;
- Pelo aumento do preço do gasóleo;
- Pela redução de passageiros, nomeadamente nos bilhetes simples, assinatura de linha normal e assinatura de linha estudante;
- Pelo impacto significativo do aumento dos spreads praticados na banca em geral e dos próprios indexantes nos encargos financeiros.

Por outro lado o facto de apenas ter ocorrido um aumento tarifário em Julho, e o aumento da concorrência, muitas vezes a actuar de forma desleal, foram também factores condicionadores da actividade.

De referir ainda, que no âmbito da estratégia de crescimento definida, foi adquirida em Setembro de 2010 a empresa GPS Transportes, Lda, permitindo assim à empresa alargar a sua área de negócio.

**Nota:** Por uma questão de facilidade de escrita/leitura as empresas envolvidas na apresentação deste relatório passarão a estar identificadas nos quadros e gráficos com as seguintes siglas:

GPS Transportes, Lda: GPS

Empresa de Transportes Auto Penafiel, Lda: Rocaldas

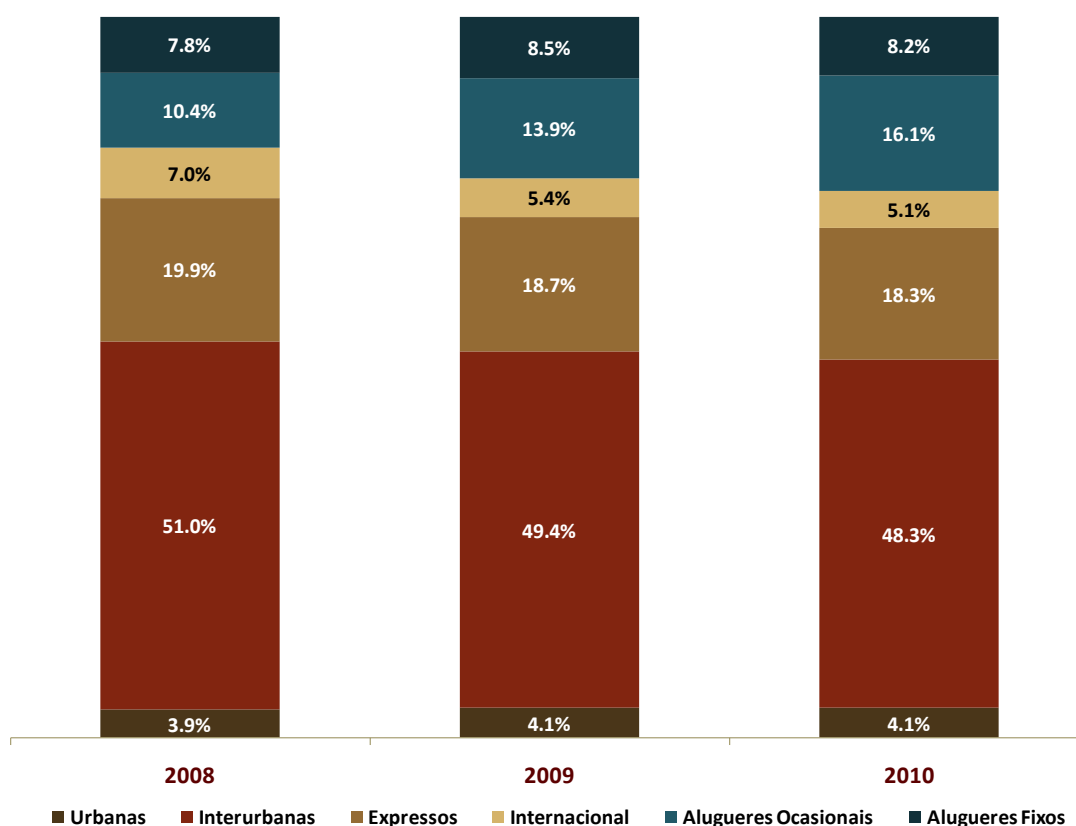
Rodoviária do Tejo, SA: RTEjo

### 1.4.1 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

O número total de quilómetros realizados teve um acréscimo global de 2,6%, para o que contribuiu mais significativamente a integração da GPS e o acréscimo registado na RTEjo. Pelo seu peso mais significativo, destaca-se o aumento de 1,7% de quilómetros realizados pela RTEjo, que tem subjacente, e a título de destaque, o acréscimo de 15% nos Alugueres Ocasionais, 2,3% nos Alugueres Fixos, 2,3% nas Carreiras Urbanas e a redução de 2,6% nos quilómetros efectuados em Serviço Internacional.

kms Totais (103)	2008	2009	2010	Varição 09/10
GPS	nd	945	1,200	27.0%
Rocaldas	1,382	1,303	1,351	3.6%
RTejo	25,977	26,483	26,921	1.7%
<b>Total</b>	<b>27,358</b>	<b>28,731</b>	<b>29,472</b>	<b>2.6%</b>

#### Estrutura de Kms por Segmento de Negócio



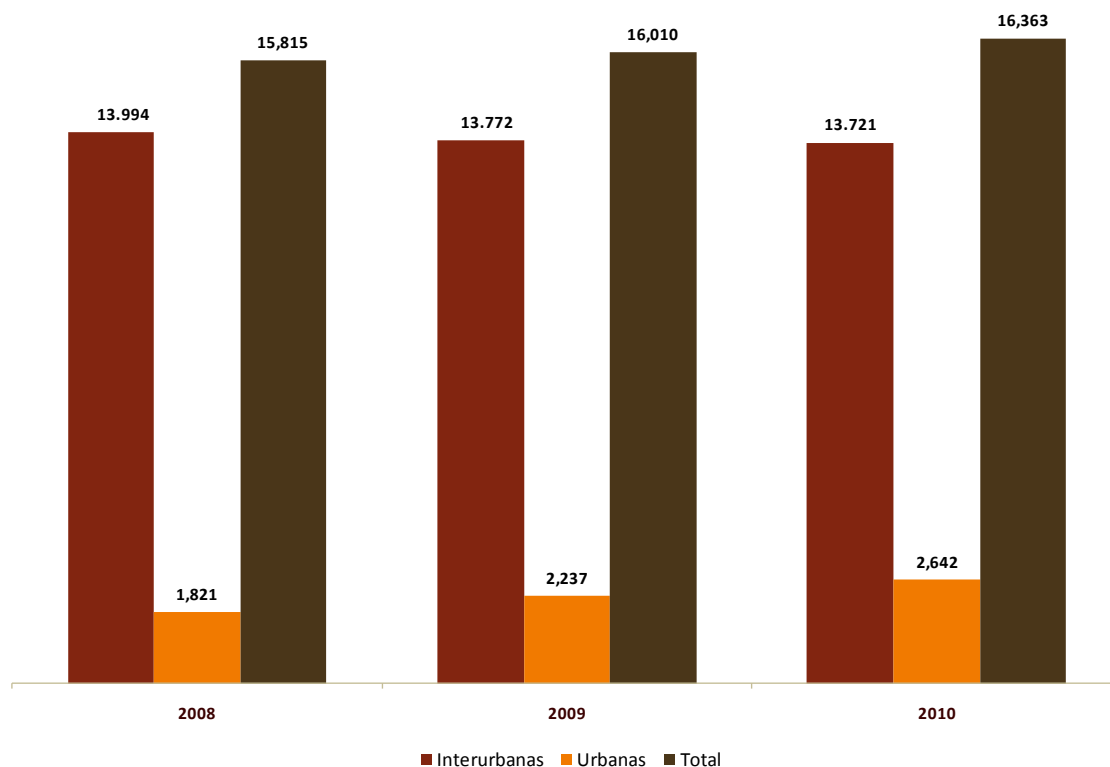
Nota: não inclui a GPS por impossibilidade de repartição dos dados históricos anteriores à data de aquisição.

### 1.4.2 EVOLUÇÃO DA PROCURA

Em termos consolidados existe um acréscimo global de 2,2% de passageiros. Esta variação consubstancia-se:

- num acréscimo de passageiros nas carreiras urbanas de 18,1%, para o que contribuiu uma evolução significativa nos passes 4\_18 e Sub23;
- num decréscimo de 0,4% nas carreiras interurbanas, cujos títulos com maior variação negativa são o bilhete simples com menos 5%, a assinatura de linha normal com menos 6,3% e a assinatura de linha normal com menos 3,2%.

#### PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (103)



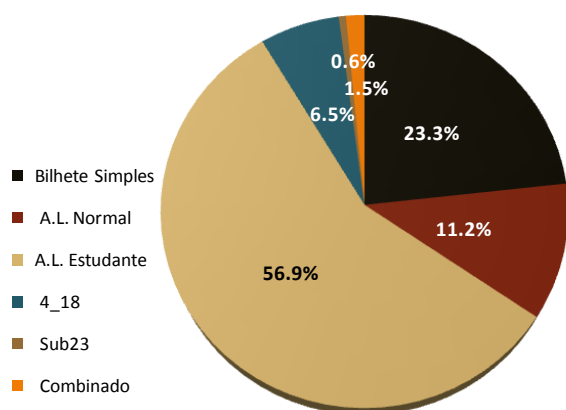
Nota: não inclui a GPS por inexistência de informação. O mesmo se aplica à Rocaldas no ano de 2008

## 1.4.2.1 Serviço Interurbano

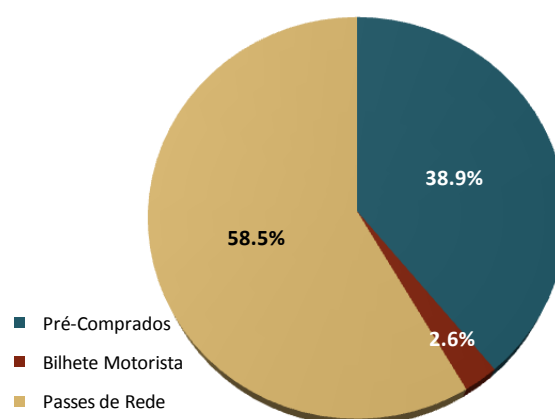
PT's Interurbanas (103)	2008	2009	2010	Varição 09/10
GPS	nd	nd	nd	nd
Rocaldas	nd	31	38	23.1%
RTejo	13,994	13,742	13,683	-0.4%
<b>Total</b>	<b>13,994</b>	<b>13,773</b>	<b>13,721</b>	<b>-0.4%</b>

## Estrutura de Passageiros – Serviço Interurbano

## RTEJO



## ROCALDAS

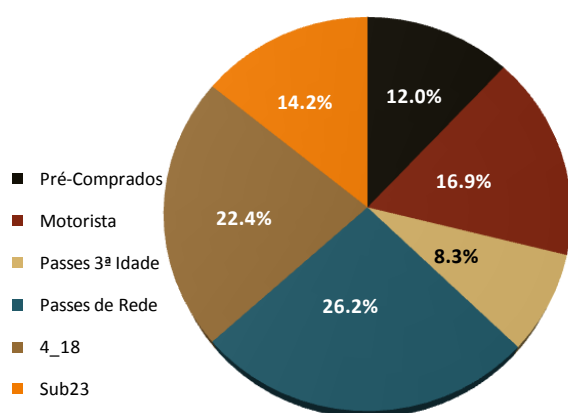


## 1.4.2.2 Serviço Urbano

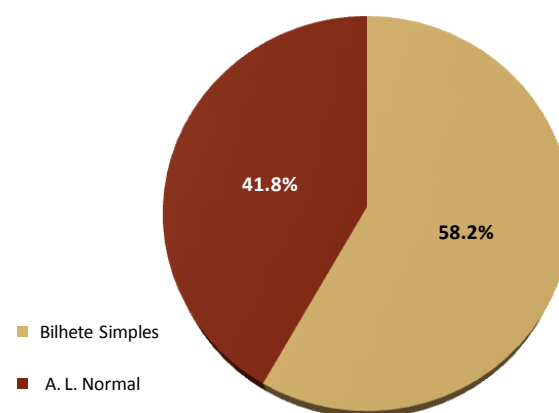
PT's Urbanas (103)	2008	2009	2010	Varição 09/10
GPS	nd	nd	nd	nd
Rocaldas	nd	69	70	1.6%
RTejo	1,821	2,168	2,572	18.6%
<b>Total</b>	<b>1,821</b>	<b>2,237</b>	<b>2,642</b>	<b>18.1%</b>

## Estrutura de Passageiros – Serviço Urbano

## RTEJO



## ROCALDAS



### 1.4.3 RECURSOS HUMANOS

O aumento verificado no efectivo médio é proveniente, por um lado pela integração da empresa GPS e por outro pelo incremento verificado na RTEjo, o qual tem a sua origem aumento do número de motoristas que se verificou no ano anterior.

O efectivo total no final do ano, reflecte uma diminuição que tem origem na redução de pessoas das áreas de suporte operacional e administrativo.

O aumento do número de pessoas na GPS, faz parte da natureza da constituição do negócio, uma vez que foram integrados na mesma todos os motoristas envolvidos no transporte escolar do grupo alienante, passando os mesmos a fazer parte do quadro de pessoal da empresa.

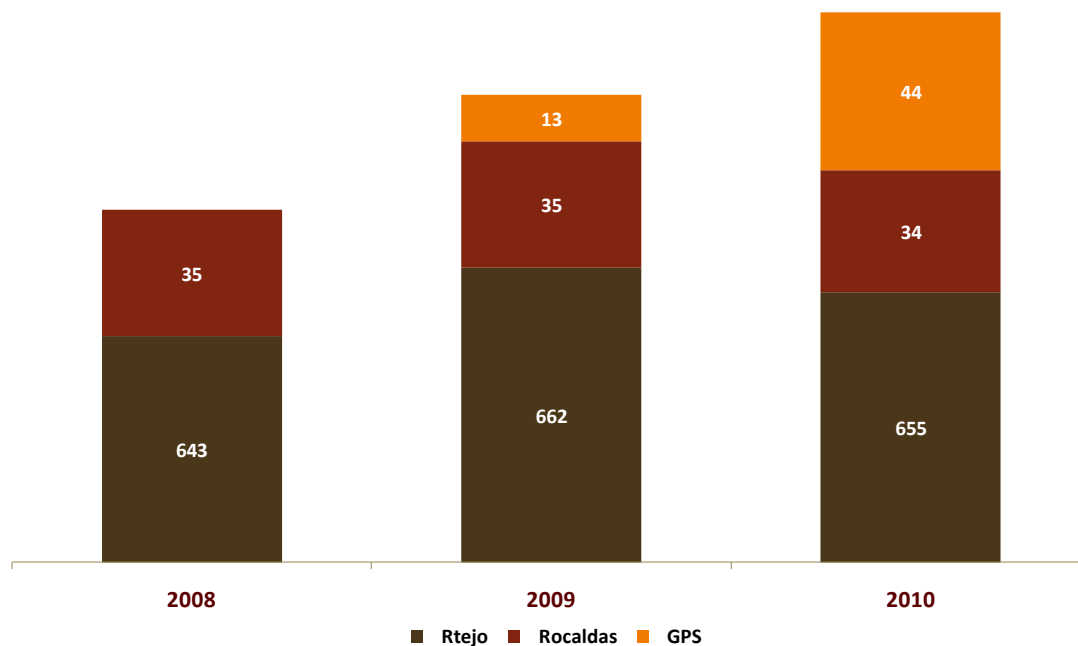
Relativamente ao absentismo, a variação verificada, tem como origem principal o acréscimo em 19% na baixa por doença. Salienta-se neste ponto a redução em 7% no absentismo relativo a baixa por acidente de trabalho, apesar do número de acidentes ter aumentado significativamente.

A diminuição verificada no número total de horas de formação, tem subjacente o grande esforço de investimento em formação realizado nos anos anteriores, devido à obrigatoriedade de obtenção do Certificado de TCC (Transporte Colectivo de Crianças), cujo volume de formação em 2010 foi inferior a 2008 e 2009.

Efectivo Médio	2008	2009	2010
GPS	nd	nd	25
Rocaldas	35	35	33
RTejo	627	647	655
<b>Total</b>	<b>662</b>	<b>682</b>	<b>713</b>

Efectivo Total 31.Dez	2008				2009				2010			
	Mot.	Manut.	Outros	Total	Mot.	Manut.	Outros	Total	Mot.	Manut.	Outros	Total
GPS	nd	nd	nd	nd	10	1	2	13	33	3	8	44
Rocaldas	22	7	6	35	22	7	6	35	22	6	6	34
Rtejo	486	54	103	643	508	52	102	662	508	52	95	655
<b>Total</b>	<b>508</b>	<b>61</b>	<b>109</b>	<b>678</b>	<b>530</b>	<b>59</b>	<b>108</b>	<b>697</b>	<b>530</b>	<b>58</b>	<b>101</b>	<b>689</b>

## EFFECTIVO TOTAL



Absentismo	2008	2009	2010
GPS	nd	nd	nd
Rocaldas	nd	13.5%	1.7%
Rtejo	4.5%	5.7%	6.0%

Acidentes de Trabalho	2008			2009			2010		
	GPS	Rocaldas	RT	GPS	Rocaldas	RT	GPS	Rocaldas	RT
N.º de acidentes	nd	0	21	nd	0	15	0	0	27
Dias perdidos	nd	0	273	nd	0	394	0	0	615
Dias de baixa	nd	0	399	nd	0	556	0	0	864
Duração média baixa (dias)	nd	0	19	nd	0	37	0	0	32

Horas Formação	2008			2009			2010		
	GPS	Rocaldas	RT	GPS	Rocaldas	RT	GPS	Rocaldas	RT
Motoristas	nd	nd	9134	nd	167	8700	0	0	7165
Outro Pessoal Movimento	nd	nd	624	nd	0	294	0	0	16
Manutenção	nd	nd	154	nd	0	391	0	0	0
Admin./Q.T./Outro Pessoal	nd	nd	1619	nd	62	241	0	0	318
<b>Total</b>			<b>11,531</b>		<b>229</b>	<b>9,626</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7,499</b>

## 1.4.4 FROTA

O aumento do número de viaturas é justificado por lado pela integração na GPS de todas as viaturas afectas ao transporte escolar, e por outro lado a necessidade de dar resposta a algum aumento de serviço interurbano ocorrido na RTEjo, com especial destaque na Direcção Operacional de Caldas da Rainha.

A renovação do parque de viaturas, manteve-se este ano com os objectivos de aumentar a qualidade da frota e de não deixar avançar a idade média da frota.

Parque de Viaturas	2008	2009	2010
GPS	12	14	38
Rocaldas	26	28	30
RT	437	457	466
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>499</b>	<b>534</b>

Movimentação de Viaturas	2008			2009			2010		
	Abates	Entradas Novas	Entradas Usadas	Abates	Entradas Novas	Entradas Usadas	Abates	Entradas Novas	Entradas Usadas
GPS	0	0	0	0	2	0	0	0	25
Rocaldas	6	2	0	0	3	0	1	1	2
RT	27	12	20	24	18	26	27	10	26
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>53</b>

Indicadores	GPS			Rocaldas			RT		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Idade Média	4.7	4.9	7.4	17.7	11.7	10.2	13.8	13.6	13.7
Tx Imobilização	1.30%	1.50%	1.80%	nd	nd	nd	3.15%	3.51%	3.85%
Efect.Of./Viatura	0.08	0.07	0.05	0.27	0.25	0.20	0.11	0.11	0.11

## 1.5 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 1.5.1 RESULTADOS ECONÓMICOS

No exercício em apreço os resultados operacionais consolidados apresentam uma variação negativa de 48,6%. Apesar de se ter verificado um crescimento de 5,3% nos proveitos operacionais, tal não foi suficiente para suportar o acréscimo de custos operacionais registado. Salienta-se a contribuição do aumento de custos com gasóleo, que só na RTEjo teve um acréscimo de 1.407.322€, ou seja mais 20,7%. Esta variação no Resultados Operacionais, tem ainda subjacente o impacto da alienação de imóveis ocorrida em 2009, que por via da adopção das normas do SNC foi reclassificado deixando de ser considerado como Resultados Extraordinários, no montante de 1.025.168€. Expurgando este facto, os Resultados Operacionais consolidados passam a ter uma variação negativa de 31,7% e os individuais da RTEjo uma variação de negativa 23,5%.

Este facto tem também influencia ao nível da comparação dos Resultados Líquidos, os quais expurgados deste impacto passam a ter uma variação negativa de 21,5% no consolidado e de 15,5% nas contas individuais da RTEjo.

De salientar também, que na GPS o aumento de 47% nos resultados operacionais, tem incorporado os resultados provenientes da inclusão de todo o negócio dos transportes escolares, subjacente ao negócio de aquisição da empresa. Relativamente à Rocaldas, a diminuição apresentada prende-se com a perda para a concorrência de serviços colocados a concurso pelo Município das Caldas da Rainha.

No que refere à estrutura de custos salienta-se o peso significativo dos custos com pessoal que representam 43% dos custos totais, e dos custos com gasóleo que representam 25%, peso relativo que subiu três pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

A nível da estrutura de proveitos salienta-se o maior peso relativo ao nível do serviço urbano e interurbano, por contraponto à redução verificada nas restantes áreas de negócio, com excepção dos expressos que mantiveram o seu peso relativo face ao total de proveitos.

Evolução de Resultados	2008	2009	2010	Varição 09/10
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>nd (*)</b>	<b>38.862.800</b>	<b>39.119.159</b>	<b>0,7 %</b>
GPS	1.344.777	1.060.952	1.791.266	68,8%
Rocaldas	2.047.709	2.072.985	1.791.363	(13,6 %)
RTejo	33.447.919	35.728.863	35.536.530	-0,5%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>nd (*)</b>	<b>(34.714.966)</b>	<b>(36.986.539)</b>	<b>6,5%</b>
GPS	(1.148.555)	(946.062)	(1.628.041)	72,1%
Rocaldas	(1.865.829)	(1.842.190)	(1.945.327)	5,6%
RTejo	(32.099.417)	(31.926.714)	(33.413.172)	4,7%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>nd (*)</b>	<b>4.147.834</b>	<b>2.132.620</b>	<b>(48,58 %)</b>
GPS	196.222	114.890	163.225	42,1%
Rocaldas	181.881	230.795	(153.963)	(166,7 %)
RTejo	1.348.502	3.802.150	2.123.358	(44,2 %)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>nd (*)</b>	<b>3.567.008</b>	<b>1.995.500</b>	<b>(44,06 %)</b>
GPS	103.132	35.520	134.164	277,7%
Rocaldas	167.417	184.795	(100.393)	(154,3 %)
RTejo	243.797	3.346.693	1.961.729	(41,4 %)
<b>EBITDA (1)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>9.547.534</b>	<b>7.344.904</b>	<b>(23,07 %)</b>
GPS	284.500	247.769	440.701	77,9%
Rocaldas	453.439	504.873	130.975	(74,1 %)
RTejo	6.568.377	8.794.892	6.773.228	(23,0 %)
<b>MARGEM EBITDA (2)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>26,88%</b>	<b>21,70%</b>	<b>(19,3 %)</b>
GPS	31,3%	28,8%	30,7%	6,5%
Rocaldas	23,6%	28,2%	8,5%	(69,7 %)
RTejo	21,1%	27,7%	20,9%	(24,4 %)

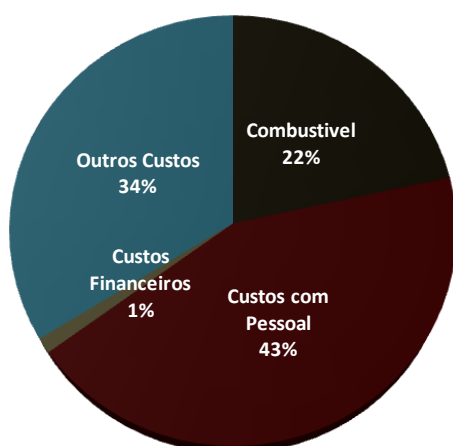
Nota: Em 2009 os valores apresentados correspondem à soma do consolidado mais a variação do perímetro

(1) EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões + Ajustamentos

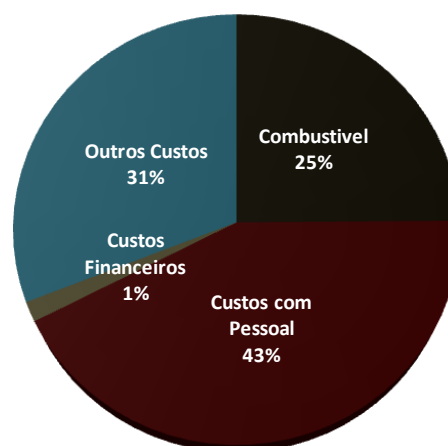
(2) Margem EBITDA = EBITDA/Volume de Negócios Líquido

(\*) Em 2008 não se efectuou consolidação contabilística

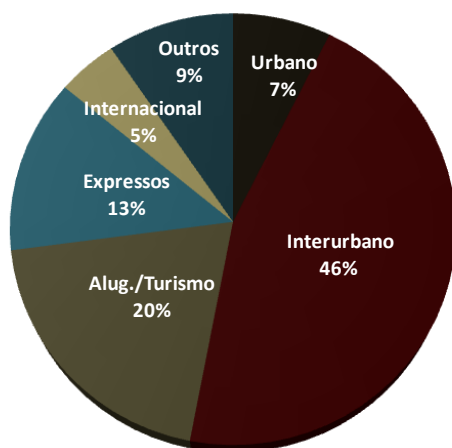
#### Estrutura de Custos 2009



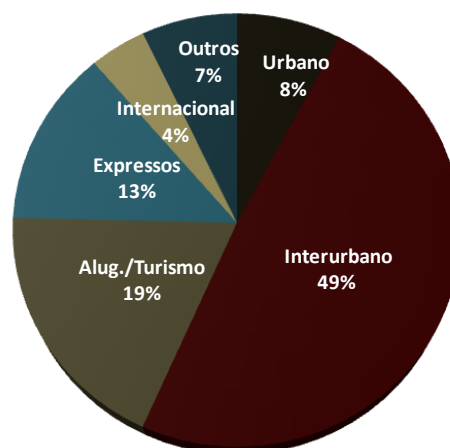
#### Estrutura de Custos 2010



Estrutura de Proveitos 2009



Estrutura de Proveitos 2010



### 1.5.2 SITUAÇÃO PATRIMONIAL E ESTRUTURA FINANCEIRA

Tendo por base a soma da dívida financeira de todas as empresas envolvidas no perímetro de consolidação, verifica-se em 2010 um decréscimo de 6,5% face ao ano anterior. Este facto tem subjacente a diminuição do endividamento da RTEjo em 743.133€.

Tendo por base a Dívida Financeira Líquida, o rácio DEBT/EBITDA registou um valor global de 1,3 o que revela uma boa relação entre o endividamento e a capacidade do grupo de gerar valor.

Em termos de risco e solvabilidade apresenta-se uma situação global estável, ainda que com um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, registando um nível de Autonomia Financeira de 42%.

Destaque também para a adequabilidade da estrutura de capitais permanentes ao activo fixo, bem como para a capacidade de gerar cash flow necessário para a cobertura do investimento realizado, que apesar de ter decrescido face ao ano anterior, se mantém acima dos 100%.

Estrutura Financeira	2008	2009	2010	Varição 09/10
<b>Activo Total Líquido</b>	<b>nd (*)</b>	<b>38.672.655</b>	<b>43.839.134</b>	<b>13,4%</b>
GPS	1.893.015	1.971.174	3.003.058	52,3%
Rocaldas	1.556.146	1.427.098	1.637.991	14,8%
RTejo	30.611.330	35.274.383	39.198.086	11,1%
<b>Capital Próprio</b>	<b>nd (*)</b>	<b>17.411.677</b>	<b>18.434.446</b>	<b>5,9%</b>
GPS	146.774	205.556	339.720	65,3%
Rocaldas	736.540	668.929	518.537	-22,5%
RTejo	13.269.365	16.537.192	17.576.189	6,3%
<b>Dívida Financeira CP</b>	<b>4.632.535</b>	<b>4.127.892</b>	<b>3.925.507</b>	<b>-4,9%</b>
GPS	938.040	310.573	743.203	139,3%
Rocaldas	157.389	199.100	195.170	-2,0%
RTejo	3.537.105	3.618.218	2.987.134	-17,4%
<b>Dívida Financeira MLP</b>	<b>6.490.205</b>	<b>6.202.124</b>	<b>5.733.846</b>	<b>-7,6%</b>
GPS		622.982	292.649	-53,0%
Rocaldas	267.274	255.475	229.580	-10,1%
RTejo	6.222.931	5.323.667	5.211.618	-2,1%
<b>Total Dívida Financeira</b>	<b>11.122.740</b>	<b>10.330.016</b>	<b>9.659.353</b>	<b>-6,5%</b>
GPS	938.040	933.556	1.035.852	11,0%
Rocaldas	424.663	454.576	424.749	-6,6%
RTejo	9.760.036	8.941.884	8.198.752	-8,3%

Nota: Em 2009 os valores apresentados correspondem à soma do consolidado mais a variação do perímetro

Indicadores Financeiros	2008	2009	2010
<b>Autonomia Financeira (Capital Próprio/Total do Activo)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>45%</b>	<b>42%</b>
GPS	8%	10%	11%
Rocaldas	47%	38%	32%
RT	43%	46%	45%
<b>DEBT/EBITDA (Div. Financeira Líquida/EBITDA)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>1,1</b>	<b>1,3</b>
GPS	3,2	3,8	2,2
Rocaldas	-0,4	0,7	2,8
RT	1,3	0,3	0,6
<b>DEBT/EQUITY (Passivo/Cap. Próprios)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>1,1</b>	<b>1,3</b>
GPS	11,9	8,6	7,8
Rocaldas	1,1	1,6	2,2
RT	1,3	1,2	1,2
<b>Cobertura do Activo Fixo (Capital Permanente/Act.Fixo Liq.)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>117%</b>	<b>116%</b>
GPS	56%	96%	40%
Rocaldas	211%	152%	100%
RT	96%	118%	122%
<b>Autofinanc.do Invest. (Cash-Flow/Investimento)</b>	<b>nd (*)</b>	<b>154%</b>	<b>127%</b>
GPS	3058%	68%	70%
Rocaldas	171%	291%	51%
RT	86%	154%	141%

Dívida Financeira Líquida = Com base nos saldos de Balanço, designa a soma dos empréstimos bancários e dívidas de locação financeira, deduzida dos saldos activos de Disponibilidades (Caixa + Depósitos Bancários + Títulos Negociáveis  
(\*) Em 2008 não se efectuou consolidação contabilística

### 1.5.3 INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

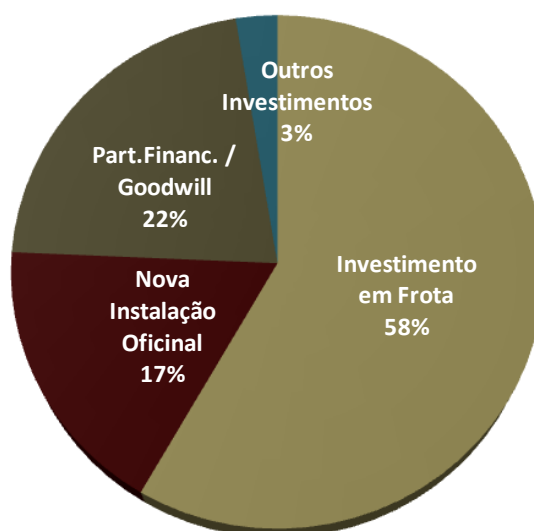
Neste capítulo, o ano de 2010 foi marcado pela aquisição pela da Rodoviária do Tejo, SA da empresa GPSTransportes, Lda, na sequência de uma oportunidade de negócio que visa permitir um crescimento na área do transporte escolar e do turismo.

Apesar deste investimento extraordinário, manteve-se também o elevado investimento em activos fixos tangíveis, com especial destaque para a aquisição de frota que absorveu 58% do investimento total e para a construção da nova instalação oficial da RTejo em Torres Novas cujo investimento correspondeu a 17% do total.

O volume de alienações e abates, refere-se quase em exclusivo a abates para viaturas de idade avançada, no âmbito da política de renovação de frota.

Investimentos	2009	%	2010	%
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>6,075,594</b>	<b>100%</b>	<b>4,448,160</b>	<b>78%</b>
GPS	246,481	100%	641,226	100%
Rocaldas	403,988	100%	362,539	100%
RTejo	5,425,126	100%	3,444,395	74%
<b>Goodwill</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>669,595</b>	<b>12%</b>
GPS	0	0%	0	0%
Rocaldas	0	0%	0	0%
RTejo	0	0%	669,595	14%
<b>Participações Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>563,890</b>	<b>10%</b>
GPS	0	0%	0	0%
Rocaldas	0	0%	0	0%
RTejo	0	0%	563,890	12%
<b>Investimento Total</b>	<b>6,075,594</b>	<b>100%</b>	<b>5,681,645</b>	<b>100%</b>
GPS	246,481	100%	641,226	100%
Rocaldas	403,988	100%	362,539	100%
RTejo	5,425,126	100%	4,677,881	100%

## REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO



Alienações e Abates	Valor Aquisição	Amortizações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Valias
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>1,336,746</b>	<b>1,172,461</b>	<b>188,423</b>	<b>24,139</b>
GPS	165,568	1,283	170,000	5,716
Rocaldas	29,633	29,633	0	0
RTejo	1,141,545	1,141,545	18,423	18,423
<b>Total</b>	<b>1,336,746</b>	<b>1,172,461</b>	<b>188,423</b>	<b>24,139</b>
GPS	165,568	1,283	170,000	5,716
Rocaldas	29,633	29,633	0	0
RTejo	1,141,545	1,141,545	18,423	18,423

## 1.6 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes passíveis de reporte.

## 1.7 EVOLUÇÃO PREVISIVEL

Considerando a conjuntura económica actual, bem como as expectativas de um extraordinário aumento do preço do gasóleo, será expectável que a actividade das empresas em análise venha a ser afectada de forma significativa.

Numa perspectiva de afectação negativa prevê-se que o aumento de custos com o gasóleo venha a ser bastante gravoso. O aumento do desemprego e a diminuição da actividade económica levará à diminuição de passageiros, nomeadamente ao nível dos utilizadores dos Passes de Assinatura de Linha Normal e dos Bilhetes Simples. Pelo mesmo motivo é também espectável uma diminuição na procura ao nível dos serviços de aluguer e turismo.

Por outro lado, poderá também ser expectável uma atenuação dos efeitos descritos anteriormente, por via da transferência de utilizadores do transporte viatura individual para o transporte colectivo, devido ao aumento extraordinário do preço dos combustíveis.

O aumento das tarifas que entretanto se verificou em Janeiro e perspectiva de novos aumentos ou de políticas governamentais que permitam a compensação pelo aumento excessivo do preço do gasóleo, são também factores positivamente condicionantes para o próximo ano.

Apesar das adversidades, o grupo de empresas do universo deste relatório continuará a sua aposta estratégica na melhoria da qualidade de serviço, através da aquisição de frota, da formação das pessoas e na reformulação contínua dos seus processos.

### 1.8 ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício em apreço não ocorreram variações das acções próprias existentes ao nível da empresa Rodoviária do Tejo.

Acções Próprias	Valor em €			Unidades			% de Participação
	31.12.2009	31.12.2010	Variação	S.Inicial	S.Final	Variação	
RTejo	29,041.80	29,041.80	0.00	5,820.00	5,820.00	0.00	0.32%

Torres Novas, 15 de Março de 2010

### O Conselho de Administração

#### O Presidente

Martinho Manuel dos Santos Costa

#### Vogais

Joaquim Mano Póvoas

Rui Paulo Mota Pinto da Silva

David Humberto Canas Pedrosa

Sérgio Sambade Nunes Rodrigues

Oswaldo Manuel da Silva Moreno

Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## 2.1 BALANÇO

RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A. - CONSOLIDADOBALANÇO

31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
<b>ACTIVO:</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	4	15.725.530,22	15.291.649,21
Goodwill	6	2.969.417,07	2.299.821,85
Activos intangíveis	6	8.931,14	4.160,40
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	1.337.666,18	1.056.603,43
Participações financeiras - outros métodos	7	11.005,00	11.005,00
Outras Contas a Receber	25,00	682.773,65	682.773,65
Activos por impostos diferidos	8	203.248,90	143.553,08
Total do activo não corrente		<u>20.938.572,16</u>	<u>19.489.566,62</u>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	9	276.163,84	296.058,89
Clientes	10	12.028.640,09	7.979.212,77
Adiantamentos a fornecedores		2.912,80	32.697,09
Estado e outros entes públicos	11	884.294,46	571.529,97
Outras contas a receber	25	3.104.130,66	764.948,24
Diferimentos	12	20.910,64	234.511,10
Activos financeiros detidos para negociação		2.653,00	-
Caixa e depósitos bancários		<u>4.259.296,58</u>	<u>6.636.666,85</u>
Total do activo corrente		<u>20.579.002,07</u>	<u>16.515.624,91</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><b>41.517.574,23</b></u>	<u><b>36.005.191,53</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	13.1	9.125.287,85	9.125.287,85
Acções (quotas) próprias		(46.357,97)	(46.357,97)
Reservas legais	13.2	530.143,87	370.143,87
Resultados transitados	13.3	5.908.426,27	3.525.893,64
Outras variações no capital próprio	13.4	171.960,49	340.531,65
Resultado líquido do período		<u>1.961.728,52</u>	<u>3.346.693,03</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<u><b>17.651.189,03</b></u>	<u><b>16.662.192,07</b></u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	14	42.216,46	51.833,32
Financiamentos obtidos	15	5.733.846,19	5.579.142,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	501.415,00	525.710,00
Passivos por impostos diferidos	8	383.931,58	404.477,56
Total do passivo não corrente		<u>6.661.409,23</u>	<u>6.561.162,88</u>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores		2.987.415,66	2.558.592,29
Adiantamentos de clientes		6.647,75	-
Estado e outros entes públicos	11	564.150,90	643.355,59
Accionistas	17	77,78	33,99
Financiamentos obtidos	15	3.925.506,66	3.817.318,12
Outras contas a pagar	26	9.616.342,63	5.680.949,68
Diferimentos	12	104.834,59	81.586,91
Total do passivo corrente		<u>17.204.975,97</u>	<u>12.781.836,58</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><b>23.866.385,20</b></u>	<u><b>19.342.999,46</b></u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<u><b>41.517.574,23</b></u>	<u><b>36.005.191,53</b></u>

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Sónia Ferreira

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A. - CONSOLIDADO

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
Serviços prestados	18	36.063.492,75	34.132.605,51
Subsídios à exploração		2.678,76	6.205,15
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	324.562,75	73.432,64
Trabalhos para a própria entidade		42.675,74	54.328,53
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	(6.551.238,33)	(5.746.618,91)
Fornecimentos e serviços externos	19	(8.544.959,47)	(6.925.418,44)
Gastos com o pessoal	20	(15.640.189,96)	(14.996.588,39)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		6.614,30	(2.927,94)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(22.331,33)	(38.706,42)
Provisões		(25.244,89)	(6.413,92)
Aumentos/reduções de justo valor		(1.232,10)	-
Outros rendimentos e ganhos	21	2.126.391,39	3.124.429,67
Outros gastos e perdas	22	(460.470,03)	(565.771,19)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>7.320.749,58</u>	<u>9.108.556,29</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/6	(5.221.901,05)	(5.260.406,68)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>2.098.848,53</u>	<u>3.848.149,61</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	32.524,35	83.373,92
Juros e gastos similares suportados	23	(203.681,05)	(369.501,27)
Resultado antes de impostos		<u>1.927.691,83</u>	<u>3.562.022,26</u>
Imposto sobre o rendimento do período		34.036,69	(215.329,23)
Resultado líquido do período		<u><u>1.961.728,52</u></u>	<u><u>3.346.693,03</u></u>

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
 Sónia Ferreira

## 2.3 DEMONSTRAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO

RODOVIÁRIA DO TEJO, SA - CONSOLIDADODEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Reservas Reavaliação	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	9.125.287,85	(42.342,37)	357.953,87	3.096.332,98	740.315,60	(251.979,98)		243.796,62	13.269.364,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (Nota 2)				(3.096.332,98)	1.828.117,04	361.714,64	215.531,65	200.098,08	(490.871,57)
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008			12.190,00		1.334.866,39			(243.796,62)	1.103.259,77
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(4.015,60)			(377.405,39)	(109.734,66)	125.000,00		(366.155,65)
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009								3.146.594,95	3.146.594,95
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>9.125.287,85</u>	<u>(46.357,97)</u>	<u>370.143,87</u>	<u>-</u>	<u>3.525.893,64</u>	<u>-</u>	<u>340.531,65</u>	<u>3.346.693,03</u>	<u>16.662.192,07</u>
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009				160.000,00	2.186.708,59			(3.346.693,03)	(999.984,44)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					195.824,04		(168.571,16)		27.252,88
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2010								1.961.728,52	1.961.728,52
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>9.125.287,85</u>	<u>(46.357,97)</u>	<u>530.143,87</u>	<u>-</u>	<u>5.908.426,27</u>	<u>-</u>	<u>171.960,49</u>	<u>1.961.728,52</u>	<u>17.651.189,03</u>

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
 Sónia Ferreira

## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

## RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A. - CONSOLIDADO

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS

## PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		41.342.408,91	44.183.348,95
Pagamentos a fornecedores		(26.019.615,66)	(21.843.919,63)
Pagamentos ao pessoal		(10.478.771,15)	(10.104.199,99)
Caixa gerada pelas operações		<u>4.844.022,10</u>	<u>12.235.229,33</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.283.404,21)	(984.276,15)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.061.222,49)	(2.818.904,69)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>1.499.395,40</u>	<u>8.432.048,49</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(4.256.473,68)	(2.636.374,40)
Investimentos financeiros		(804.678,00)	
		<u>(5.061.151,68)</u>	<u>(2.636.374,40)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		170.000,00	1.971.171,00
Subsídios ao investimento		50.000,00	150.000,00
Juros e rendimentos similares		41.467,66	41.640,70
Dividendos		34.800,00	380.015,39
		<u>296.267,66</u>	<u>2.542.827,09</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(4.764.884,02)</u>	<u>(93.547,31)</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		28.823.473,22	11.573.996,71
		<u>28.823.473,22</u>	<u>11.573.996,71</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(25.818.778,52)	(11.142.840,23)
Juros e custos similares		(194.486,12)	(403.847,24)
Dividendos		(799.956,21)	(497.405,32)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			(4.015,60)
Outras operações de financiamento		(1.127.337,76)	(3.150.780,45)
		<u>(27.940.558,61)</u>	<u>(15.198.888,84)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>882.914,61</u>	<u>(3.624.892,13)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(2.382.574,01)	4.713.609,05
Efeito das diferenças de câmbio			
Δ de Perímetro		5.203,74	
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.636.666,85	1.923.057,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24	<u>4.259.296,58</u>	<u>6.636.666,85</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO:  
 Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
 Sónia Ferreira

**2.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****RODOVIÁRIA DO TEJO, SA – CONSOLIDADO****ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010****(Montantes expressos em Euros)****1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Rodoviária do Tejo, S.A., pessoa colectiva nº 502513900, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Torres Novas, foi constituída em 1992, tendo a sua sede social na Rua do Nogueiral, Edifício Galinha, 2350-413 Torres Novas e tem por objecto social o Transporte Público de Passageiros.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do conjunto de empresas incluídas na consolidação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Empresas Incluídas na Consolidação:

<u>Empresa</u>	<u>Sede</u>	<u>% de Participação</u>
Rodoviária do Tejo, SA	Torres Novas	Empresa-mãe
Auto -Penafiel, Lda	Caldas da Rainha	100%
GPSTransportes, Lda	Louriçal	100%

Nas demonstrações financeiras apresentadas, o perímetro de consolidação é o seguinte:

2009: RTEjo + Rocaldas

2010: RTEjo + Rocaldas + GPS

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) e respectivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e respectivas interpretações técnicas (“IFRIC”) adoptadas na União Europeia.

**Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“POC”).

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com a NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro e foram registados em resultados transitados, conforme estabelece esta norma.

As principais diferenças de políticas contabilísticas com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são as seguintes:

- O POC permitia a capitalização de algumas despesas que, de acordo com o SNC, devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício. À data da transição, as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento da NCRF 6 – Activos intangíveis, foram desreconhecidas.
- Reconhecimento das contas a receber e a pagar pelo valor descontado, sempre que aplicável;
- Os subsídios de investimento, que se encontravam registados como proveitos diferidos, passaram a ser registados a crédito da rubrica de capital próprio – outras variações no capital próprio;
- Os montantes relativos a reservas de reavaliação, resultantes das disposições legais, foram transferidos para a rubrica de resultados transitados;
- O SNC não contempla a existência de Resultados extraordinários.

Os efeitos, no balanço em 1 de Janeiro de 2009, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

Reconciliação, reportada a 31.12.2009, entre o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico (POC) e o Capital próprio segundo as NCRF		Activo	Capital Próprio			Passivo	Total do Capital Próprio e Passivo
			Result. Transitados	Out. Componentes Cap. Próprio	Total Cap. Próprio		
Posição em 31.12.2009 de acordo com anterior referencial contabilístico (POC)		35.805.207,09	1.697.776,60	14.423.899,38	16.121.675,98	19.683.531,11	35.805.207,09
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico (POC)							
Alterações às políticas contabilísticas	Anulação do efeito da amortização do ano do Goodwill	199.984,44	0,00	199.984,44	199.984,44	0,00	199.984,44
	Reclassificação Subsídios ao Investimento	0,00	0,00	340.531,65	340.531,65	-340.531,65	0,00
	Reclassificação da Equivalência Patrimonial para Result.Transitados	0,00	-361.714,64	361.714,64	0,00	0,00	0,00
	Reclassificação das Reservas de Reavaliação p/ Result. Transitados	0,00	2.189.831,68	-2.189.831,68	0,00	0,00	0,00
Reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade							
Posição em 31.12.2009 de acordo com as NCRF		36.005.191,53	3.525.893,64	13.136.298,43	16.662.192,07	19.342.999,46	36.005.191,53

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF. As demonstrações financeiras do período de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas de forma a estar de acordo com esse normativo.

### 3.2. Reconhecimento do rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos relativos a títulos vendidos são reconhecidos no mês em que é concretizada a sua venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transacção fluem para a Empresa.

As receitas recebidas antecipadamente pelos passes, são reconhecidas no mês seguinte, por se entender que a prestação do serviço será efectuada essencialmente no mês seguinte.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.

### 3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzindo as respectivas depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros activos fixos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração de resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação, que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

### 3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o

locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem essencialmente:

- O goodwill, decorrente do excesso do custo de aquisição face ao justo valor da associada na data de aquisição. O goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual, e apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.
- Despesas com projectos de desenvolvimento, programas de computador e propriedade industrial (excepto concessões), que são amortizadas pelo método de quotas constantes durante um período compreendido entre 3 e 6 anos.

### 3.6. Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos em empresas subsidiárias, que sejam objecto de consolidação contabilística no grupo, pelo método da consolidação integral, são registados pelo custo de aquisição.

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente no balanço. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração de resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

### 3.7. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para efectuar a venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

### 3.8. Contas a receber de clientes e outras entidades

As contas a receber de clientes e outras entidades são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de perdas de imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há uma evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as suas condições originais.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre o valor inicialmente registado e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juro efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

### 3.9. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

### 3.10. Imparidade de activos

Em cada data de balanço, é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades, nomeadamente da quais resulte um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração de resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados, na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.11. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.12. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente registados pelo seu justo valor deduzido dos gastos de transacção incorridos.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

### 3.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das

disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos, os respectivos impostos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato, é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formal ou substancialmente emitidas nas datas de relato.

#### 3.15. Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

#### 3.16. Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores na situação de reforma, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

Em cada data de relato, a Empresa mantém registada uma provisão para esse efeito constituída com base em estudo actuarial elaborado por uma entidade especializada e independente, que quantifica as responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões a empregados em situação de reforma à data em que a Empresa foi adquirida ao Estado Português. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém um estudo actuarial a 31 de Dezembro de cada ano e reforça a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, por contrapartida da demonstração de resultados do período.

### 3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	3.758.729,54	11.406.703,00	40.105.003,18	285.918,93	810.679,42	444.637,73	929.740,91	57.741.412,71
Ajustamentos de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	3.758.729,54	11.406.703,00	40.105.003,18	285.918,93	810.679,42	444.637,73	929.740,91	57.741.412,71
Aquisições	-	13.587,19	3.777.391,40	-	33.763,26	11.960,45	1.992.410,89	5.829.113,19
Alienações	(587.705,63)	(1.319.839,63)	(175.793,10)	(108.946,16)	-	-	-	(2.192.284,52)
Transferências e abates	-	148.445,16	169.780,36	27.900,00	(147.830,91)	(144.009,96)	(1.735.402,18)	(1.681.117,53)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3.171.023,91	10.248.895,72	43.876.381,84	204.872,77	696.611,77	312.588,22	1.186.749,62	59.697.123,85
Δ de Perímetro	-	-	6.901,49	1.736.297,06	-	-	-	1.743.198,55
Aquisições	-	-	230.153,67	640.308,97	21.161,45	521,00	3.499.578,66	4.391.723,75
Alienações	-	-	(223.191,28)	(57.093,63)	-	-	-	(280.284,91)
Transferências e abates	-	987.961,79	3.567.422,66	(2.404.506,03)	8.879,87	64.922,73	(3.233.636,55)	(1.008.955,53)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.171.023,91	11.236.857,51	47.457.668,38	119.879,14	726.653,09	378.031,95	1.452.691,73	64.542.805,71
<u>Amortizações acumuladas</u>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	-	5.549.675,12	34.359.964,59	248.412,59	638.117,80	333.766,58	-	41.129.936,68
Ajustamentos de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	5.549.675,12	34.359.964,59	248.412,59	638.117,80	333.766,58	-	41.129.936,68
Depreciações do exercício	-	267.216,37	4.865.230,24	29.486,45	77.267,01	21.092,97	-	5.260.293,04
Alienações	-	(712.712,83)	(170.505,80)	(103.284,61)	-	-	-	(986.503,24)
Transferências e abates	-	-	(706.503,01)	-	(147.830,91)	(144.009,96)	-	(998.343,88)
Regularizações	-	-	2.185,60	-	(2.093,56)	-	-	92,04
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	5.104.178,66	38.350.371,62	174.614,43	565.460,34	210.849,59	-	44.405.474,64
Δ de Perímetro	-	-	1.672,38	359.803,88	-	-	-	361.476,26
Depreciações do exercício	-	316.365,21	4.807.197,72	10.782,00	62.025,43	25.530,69	-	5.221.901,05
Alienações	-	-	(106.903,57)	(57.093,63)	-	-	-	(163.997,20)
Transferências e abates	-	-	(683.398,85)	(373.753,88)	(8.160,33)	57.733,80	-	(1.007.579,26)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	5.420.543,87	42.368.939,30	114.352,80	619.325,44	294.114,08	-	48.817.275,49
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	3.171.023,91	5.144.717,06	5.526.010,22	30.258,34	131.151,43	101.738,63	1.186.749,62	15.291.649,21
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	3.171.023,91	5.816.313,64	5.088.729,08	5.526,34	107.327,65	83.917,87	1.452.691,73	15.725.530,22

5. LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os bens adquiridos em regime de locação financeira eram como segue:

	2010		2009	
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	12.916.041,36	8.348.083,65	4.567.957,71	5.580.879,77
Equipamento de transporte	21.022,92	21.022,92	0,00	5.256,00
	<u>12.937.064,28</u>	<u>8.369.106,57</u>	<u>4.567.957,71</u>	<u>5.586.135,77</u>

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros	Total
				activos intangíveis	
<u>Custo de aquisição</u>					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	2.299.821,85	1.137,50	-	17.827,50	2.318.786,85
Ajustamentos de conversão		(668,20)	-	(14.022,76)	(14.690,96)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	<u>2.299.821,85</u>	<u>469,30</u>	-	<u>3.804,74</u>	<u>2.304.095,89</u>
Aquisições	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>2.299.821,85</u>	<u>469,30</u>	-	<u>3.804,74</u>	<u>2.304.095,89</u>
Aquisições	669.595,22	-	-	8.931,14	678.526,36
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(469,30)	-	(3.691,10)	(4.160,40)
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>2.969.417,07</u>	<u>(0,00)</u>	-	<u>9.044,78</u>	<u>2.978.461,85</u>
<u>Amortizações acumuladas</u>					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	199.984,50	113,64	-	-	200.098,14
Ajustamentos de conversão	(199.984,50)	(113,64)	-	-	(200.098,14)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	-	-	-	-
Depreciações do exercício	-	-	-	113,64	113,64
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	<u>113,64</u>	<u>113,64</u>
Depreciações do exercício	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	<u>113,64</u>	<u>113,64</u>
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009</u>	<u>2.299.821,85</u>	<u>469,30</u>	-	<u>3.691,10</u>	<u>2.303.982,25</u>
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010</u>	<u>2.969.417,07</u>	<u>(0,00)</u>	-	<u>8.931,14</u>	<u>2.978.348,21</u>

O valor do goodwill decompõe-se da seguinte forma: 2.299.821,85€ referente à aquisição da Rocaldas; 669.595,22€ referente à aquisição da GPS.

## 7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nas rubricas de Participações financeiras, bem como nas respectivas perdas por imparidade foi o seguinte:

	Método de equivalência patrimonial	Custo de aquisição	Total
<u>Participações financeiras</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	1.145.958,28	767.924,65	1.913.882,93
Ajustamentos de conversão	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	1.145.958,28	767.924,65	1.913.882,93
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	(919.707,14)	-	(919.707,14)
Método de equivalência patrimonial	73.432,64	-	73.432,64
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	299.683,78	767.924,65	1.067.608,43
Aquisições	-	875.151,22	875.151,22
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	(249.056,00)	(669.595,22)	(918.651,22)
Método de equivalência patrimonial	324.562,75	-	324.562,75
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	375.190,53	973.480,65	1.348.671,18
<u>Perdas por imparidade</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	-	-	-
Ajustamentos de conversão	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	-	-
Depreciações do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Método de equivalência patrimonial	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-
Depreciações do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Método de equivalência patrimonial	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009</u>	299.683,78	767.924,65	1.067.608,43
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010</u>	375.190,53	973.480,65	1.348.671,18

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o grupo Rodoviária do Tejo evidenciava os seguintes investimentos financeiros:



A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é detalhado conforme segue:

	2010	2009
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto corrente	32.547,33	304.265,50
Tributação autónoma	13.657,79	10.670,57
	<u>46.205,12</u>	<u>314.936,07</u>
Impostos diferidos:		
Activos	80.463,18	-
Passivos	(20.545,98)	(99.606,84)
	<u>59.917,20</u>	<u>(99.606,84)</u>
	<u>(34.036,69)</u>	<u>215.329,23</u>

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Activos por impostos diferidos			
	2010		2009	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Perdas de imparidade e provisões	534.894,71	141.747,11	541.709,75	143.553,08
Prejuízos fiscais	246.007,16	61.501,79	-	-
Ajustamentos de subsídios ao investimento	-	-	-	-
	<u>780.901,87</u>	<u>203.248,90</u>	<u>541.709,75</u>	<u>143.553,08</u>
	Passivos por impostos diferidos			
	2010		2009	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Reavaliações	1.448.798,40	383.931,58	1.526.330,42	404.477,56
Mais valias reinvestidas	-	-	-	-
Ajustamento de amortizações	-	-	-	-
	<u>1.448.798,40</u>	<u>383.931,58</u>	<u>1.526.330,42</u>	<u>404.477,56</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	-	-	130.248,73	490.780,05
Ajustamentos de conversão	-	-	4.239,93	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	143.553,08	404.477,56	134.488,66	490.780,05
Movimentos do exercício:				
Perdas de imparidade e provisões	(1.805,97)	(20.545,98)	9.064,42	-
Prejuízos fiscais	61.501,79	-	-	-
Ajustamentos de subsídios ao investimento	-	-	-	-
Reavaliações	-	-	-	(86.302,49)
Mais valias reinvestidas	-	-	-	-
Ajustamento de amortizações	-	-	-	-
	59.695,82	(20.545,98)	9.064,42	(86.302,49)
Saldo final	203.248,90	383.931,58	143.553,08	404.477,56

## 9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos inventários são conforme se segue:

	2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	289.426,08	(13.262,24)	276.163,84
	289.426,08	(13.262,24)	276.163,84

	2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	312.875,43	(16.816,54)	296.058,89
	312.875,43	(16.816,54)	296.058,89

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	0,00	13.888,60
Ajustamentos de conversão	0,00	0,00
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	16.816,54	13.888,60
Δ de Perímetro	0,00	0,00
Aumentos	3.060,00	2.927,94
Reversões	-6.614,30	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Saldo final	13.262,24	16.816,54

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração de resultados, tem a seguinte composição:

	2010		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	-	318.685,43	318.685,43
Compras	-	6.558.558,28	6.558.558,28
Regularizações	-	(39.639,30)	(39.639,30)
Saldo final	-	286.366,08	286.366,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	6.551.238,33	6.551.238,33

	2009		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	-	344.387,14	344.387,14
Compras	-	5.744.131,06	5.744.131,06
Regularizações	-	(29.023,86)	(29.023,86)
Saldo final	-	312.875,43	312.875,43
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	5.746.618,91	5.746.618,91

## 10. CLIENTES

	2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
CLIENTES	11.396.092,54	-149.352,65	11.246.739,89
Δ de Perímetro	786.399,25	-4.499,05	781.900,20
	12.182.491,79	-153.851,70	12.028.640,09

	2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
CLIENTES	8.131.572,79	(134.229,95)	7.979.212,77
	8.131.572,79	(134.229,95)	7.979.212,77

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de Clientes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	0,00	99.084,52
Ajustamentos de conversão	0,00	0,00
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	134.229,95	99.084,52
Aumentos	19.621,75	35.420,43
Reversões	0,00	-275,00
Utilizações	0,00	0,00
Saldo final	153.851,70	134.229,95

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Activos correntes:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC")	235.393,55	5.904,41
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar/pagar	31.687,45	40.294,99
Reembolsos pedidos	617.213,46	525.330,57
Liquidações officiosas	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
	<u>884.294,46</u>	<u>571.529,97</u>
<u>Passivos correntes:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC")	0,00	102.769,12
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	108.920,34	104.890,45
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar/pagar	4.837,97	0,00
Reembolsos pedidos	0,00	0,00
Liquidações officiosas	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	450.392,59	435.691,02
Outros impostos	0,00	5,00
	<u>564.150,90</u>	<u>643.355,59</u>

## 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Diferimentos activos:</u>		
<u>Correntes:</u>		
Juros	1.305,58	0,00
Indem. Rescisão Contratos Trab.		223.770,26
Seguros	11.149,55	3.695,08
Outros	8.455,51	7.045,76
	<u>20.910,64</u>	<u>234.511,10</u>
<u>Não correntes:</u>		
Total	<u>20.910,64</u>	<u>234.511,10</u>

## Diferimentos passivos:

### Correntes:

Rendas	15.528,38	16.053,35
Vinhetas Passes - Interurbanas	59.286,65	57.326,54
Vinhetas Passes - 4_18	20.242,36	6.418,85
Vinhetas Passes - sub@23	2.959,80	1.788,17
Passe Urbano Linha	6.817,40	-
	<u>104.834,59</u>	<u>81.586,91</u>

### Não correntes:

Total	<u>104.834,59</u>	<u>81.586,91</u>
-------	-------------------	------------------

## 13. CAPITAL PRÓPRIO

### 13.1. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.828.715 acções com o valor nominal de 4,99 Euros, cada.



14. PROVISÕES E GARANTIAS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Processos judiciais em curso	Provisão para pensões	Outras provisões	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	45.419,40	491.504,63	-	536.924,03
Ajustamentos de conversão	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	45.419,40	491.504,63	-	536.924,03
Aumentos	6.413,92	34.205,37	-	40.619,29
Reversões	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-
Regularizações	-	(525.710,00)	-	(525.710,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	51.833,32	-	-	51.833,32
Δ de Perímetro	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-
Reversões	(9.616,86)	-	-	(9.616,86)
Utilizações	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	42.216,46	-	-	42.216,46

O valor correspondente à Provisão para Pensões (525.710,00), foi reclassificado para responsabilidades por Benefícios Pós Emprego, vide nota 16.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade	2010	2009
A favor de Autarquias Locais	107.972,59	107.972,59
A favor de Tribunais	161.154,42	100.638,57
A favor de Terceiros	59.967,59	59.967,59
	<u>329.094,60</u>	<u>268.578,75</u>

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Não corrente:</u>		
Empréstimos bancários	1.087.500,00	2.182.500,00
Contas caucionadas	2.019.000,00	-
Locação financeira	2.627.346,19	3.396.642,00
	<u>5.733.846,19</u>	<u>5.579.142,00</u>
<u>Corrente:</u>		
Empréstimos bancários	1.095.489,03	1.135.000,00
Contas caucionadas	-	-
Locação financeira	2.830.017,63	2.682.318,12
	<u>3.925.506,66</u>	<u>3.817.318,12</u>

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em financiamentos não correntes detalham-se como segue:

	2010	2009
<b>Não corrente:</b>		
1 a 2 anos	5.045.538,24	2.885.450,59
2 a 3 anos	671.044,08	2.668.514,06
3 a 4 anos	17.263,87	25.177,35
4 a 5 anos	-	-
mais de 5 anos	-	-
	<u>5.733.846,19</u>	<u>5.579.142,00</u>

## 16. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme indicado na Nota 3.18., existe o compromisso por parte da empresa Rodoviária do Tejo relativamente ao pagamento de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social aos colaboradores em situação de reforma.

A avaliação actuarial mais recente dos activos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efectuada em 31 de Dezembro de 2010 por BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projectada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação actuarial atrás referida foram os seguintes:

	2010	2009
Tábua de Mortalidade	Tábua Francesa TV 73/77	Tábua Francesa TV 73/77
Taxa de rendimento do fundo	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

De acordo com a avaliação actuarial, e os respectivos pressupostos tomados em consideração, o valor actual das responsabilidades totais, a cargo da Rodoviária do Tejo, durante os exercícios de 2010 e 2009, ascendeu a 501.415 euros, e 525.710 euros, respectivamente, integralmente reconhecido nas contas.

## 17. ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Accionistas	2010	2009
<b>Passivo não corrente:</b>	-	-
	-	-
<b>Passivo corrente:</b>	-	-
Resultados Atribuídos	43,79	-
Lucros Disponíveis	33,99	33,99
	<u>77,78</u>	<u>33,99</u>

18. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Serviços de transporte de passageiros:		
Carreiras Urbanas	2.237.135,76	652.080,07
Passe - Assinatura Normal	213.937,92	249.826,52
Passe Combinado Urbana/Interurbana	9.634,91	11.100,01
Serviços Urbanos Contratualizados	1.878.305,36	1.749.060,76
Carreiras Interurbanas	16.803.409,95	17.263.619,63
Passes Estud. 4-18 e Sub.23	1.550.753,57	715.055,92
Alugueres Ocasionais		
Alugueres à Intercentro e Intersul	1.623.099,38	1.753.812,28
Agências de Viagem e Turismo	806.981,31	669.641,48
Clientes Diversos	3.880.169,06	4.147.878,17
Alugueres Fixos	1.744.668,33	1.695.187,50
Alugueres para Expressos	5.138.619,25	5.101.596,15
Despachos	46.540,30	44.389,13
Armazenagem	5.411,37	4.018,66
Outros	124.826,28	75.339,23
	<u>36.063.492,75</u>	<u>34.132.605,51</u>

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Subcontratos	1.162.037,65	722.341,55
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	340.319,53	351.164,24
Publicidade e propaganda	54.002,07	47.054,80
Vigilância e segurança	82.742,62	77.600,06
Honorários	39.854,41	30.883,75
Comissões	143.340,96	139.988,42
Conservação e reparação	1.306.995,53	1.138.388,76
Materiais	94.984,68	5.370,15
Energia e fluidos	3.372.825,17	2.380.738,36
Deslocações, estadas e transportes	68.219,52	53.718,28
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	300.705,54	248.039,05
Comunicação	123.996,90	106.684,53
Seguros	424.442,79	345.201,22
Contencioso e notariado	10.130,75	6.163,28
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	190.926,68	173.824,35
Portagens, parques e recolhas	46.315,07	29.095,98
Outros serviços	783.119,60	1.069.161,66
	<u>8.544.959,47</u>	<u>6.925.418,44</u>

20. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de “Gastos com o pessoal” apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	195.726,63	214.876,60
Remunerações do pessoal	12.447.863,85	11.737.584,51
Pensões	67.256,70	27.831,66
Indemnizações	285.483,23	
Benefícios pós-emprego (Nota 16)	3.537,20	4.031,46
Encargos sobre remunerações	2.448.922,08	2.355.966,08
Seguro de acidentes de trabalho	89.909,02	71.442,73
Gastos de acção social	34.671,77	39.908,43
Outros gastos	66.819,48	544.946,92
	<u>15.640.189,96</u>	<u>14.996.588,39</u>

Durante os períodos de 2010 e 2009, o número médio de pessoal foi 713 e 682 empregados, respectivamente.

21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O detalhe da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é conforme se segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares	1.665.489,36	1.656.644,91
Descontos de pronto pagamento	50.547,43	
Ganhos em alienação de activos tangíveis	72.135,51	1.079.483,46
Outros	338.219,09	388.301,30
	<u>2.126.391,39</u>	<u>3.124.429,67</u>

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de “Outros gastos e perdas” apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Impostos e taxas	74.163,39	74.774,10
Dívidas incobráveis	18.746,27	4.746,97
Perdas em inventários	63.605,50	34.117,97
Descontos de pronto pagamento	8.077,45	
Donativos	8.405,00	128.058,50
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	41.835,56	23.149,59
Outros	245.636,86	300.924,06
	<u>460.470,03</u>	<u>565.771,19</u>

**23. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os juros e outros rendimentos e gastos similares apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Juros obtidos:		
Depósitos bancários	32.524,35	60.680,44
Descontos P.P. Obtidos		22.243,98
Outros rendimentos similares		449,50
	<u>32.524,35</u>	<u>83.373,92</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	42.748,20	109.606,83
Locações financeiras	113.148,17	196.074,79
Outros financiamentos	47.301,67	3.809,37
Juros de Mora		9.100,08
Descontos P.P. Concedidos		10.250,73
Diferenças de câmbio desfavoráveis	483,01	
Outros gastos e perdas de financiamento		40.659,47
	<u>203.681,05</u>	<u>369.501,27</u>

**24. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A discriminação da caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalha-se conforme se segue:

	2010	2009
Numerário	15.090,78	10.343,78
Depósitos bancários	244.205,80	575.323,07
Depósitos a Prazo	4.000.000,00	6.051.000,00
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários		
	<u>4.259.296,58</u>	<u>6.636.666,85</u>

**25. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Outras Contas a Receber, reparte-se da seguinte forma:

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<u>Não corrente</u>		
Outras contas a receber (Obras Sede)	682.774	682.774
<u>Corrente</u>		
Pessoal	123.632	117.600
Outros Clientes _Leasing (Leaseback)	1.583.285	
Requisições de Transporte a Facturar	91.382	17.310
Seguradoras	256.751	192.509
Devedores por Valores a Facturar	607.345	
Acréscimos de Proveitos		271.434
Outros	441.736	166.095
	<b>3.104.131</b>	<b>764.948</b>
	<b>3.786.904</b>	<b>1.447.722</b>

## 26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Outras Contas a Pagar, reparte-se da seguinte forma:

<b>Outras contas a pagar</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<u>Corrente</u>		
Clientes - Factoring	4.599.613	2.799.951
Fornecedores Investimento	477.411	553.278
Credores curto Prazo - Empresa Mãe	500.387	
Remunerações a liquidar	1.981.802	1.795.697
Facturação Leaseback	1.308.500	
Sinistros Exploração	197.304	153.001
Outros	551.326	379.023
	<b>9.616.343</b>	<b>5.680.950</b>

**3.CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS****CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

EXERCÍCIO DE 2010

Contas Consolidadas

**Introdução**

1.Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 41.517.574,23 euros e um total de capital próprio de 17.651.189,03 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 1.961.728,52 euros), a Demonstração dos resultados consolidados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística – SNC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

**Responsabilidades**

2.É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3.A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4.O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; - a verificação das operações de consolidação; - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5.O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística - SNC.

### **Ênfases**

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, consideramos de evidenciar o seguinte:

8.1. As empresas englobadas na consolidação apresentam pela primeira vez no exercício de 2010 as suas contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística - SNC. Foi adoptada pelo conjunto das empresa englobadas na consolidação a data de 1 de Janeiro de 2009 como a data de transição dos princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o Sistema de Normalização Contabilística - SNC, tendo as contas de 2009 sido reexpressas, para efeitos comparativos, em conformidade com as referidas NCRF.

8.2. De acordo com as políticas contabilísticas adoptadas, descritas na Nota 2 do Anexo, a transição para o normativo contabilístico NCRF implicou ajustamentos nas demonstrações financeiras estatutárias do conjunto das empresas englobadas na consolidação relativas ao exercício anterior, i.e. 2009, que estão adequadamente divulgadas nessa Nota 2 do Anexo de que resultou um ajustamento positivo no capital próprio consolidado nesse ano de 540.516,09 euros.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Torres Novas, 30 de Março de 2011

**Silva Neves & Teresa Marques, SROC**

**Joaquim Manuel da Silva Neves, ROC 421**

**4.RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

EXERCÍCIO DE 2010

Contas Consolidadas

Senhores Accionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem apresentar a V. Exas. o seu Parecer sobre o Relatório e Contas consolidados da Rodoviária do Tejo, S.A. elaborados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2010.

Conforme referimos no nosso Relatório e Parecer sobre as contas individuais da Rodoviária do Tejo, S.A., o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício, a actividade da Empresa e informou-se sobre os actos de gestão praticados pelo Conselho de Administração tendo procedido à análise das actas das respectivas reuniões e a contactos com os seus membros. O Conselho Fiscal procedeu à análise periódica das contas da Empresa e da informação financeira regularmente produzida, nela se incluindo os indicadores mensais do controlo de gestão e recebeu da Administração e dos Serviços as informações e esclarecimentos complementares sobre a evolução da situação da Empresa ao longo do ano e sobre as medidas adoptadas.

No final do exercício, o Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas consolidadas que lhe foram presentes pelo Conselho de Administração e inteirou-se do processo de consolidação e metodologia adoptada para esse efeito.

Pela análise que efectuámos, consideramos de evidenciar que o resultado líquido consolidado apresentado nas contas de 2010, no montante de 1.961.728,52 euros, representa uma redução de 41,4 % relativamente ao valor correspondente de 2009, caso tivessem sido apresentadas contas consolidadas nesse exercício.

A principal razão dessa redução encontra-se na redução dos resultados operacionais em 45,5 % face ao ano anterior provocada pelo aumento dos custos operacionais em 8,7% quando os proveitos operacionais aumentaram em 3,1 %. Na análise da evolução ocorrida deve ter-se em conta que no ano anterior, i.e. em 2009, o perímetro de consolidação não inclui a subsidiária GPS, só adquirida em 2010, para além de uma alienação de natureza extraordinária ocorrida em 2009 e cuja reexpressão em SNC influencia os resultados operacionais daquele ano.

Dentro dos custos operacionais assume especial importância o agravamento dos custos com gasóleo, o aumento dos gastos com o pessoal e o crescimento dos fornecimentos e serviços externos.

Para o crescimento dos proveitos operacionais contribuiu o aumento de 5,7 % do valor dos serviços prestados e a variação de 4,4 vezes dos ganhos proporcionados pela associadas. O custo líquido dos financiamentos apresenta uma melhoria de cerca de 40,2% face ao ano anterior.

A análise do EBITDA (*cash-flow* operacional) permite concluir por uma redução de 15,7% dos meios libertos pela actividade operacional, consequência principalmente da redução do resultado operacional já que as amortizações que reflectem o esforço de investimento na

renovação da frota que tem vindo a ser prosseguido nos últimos exercícios se mantiveram a um nível semelhante ao do exercício anterior.

Com efeito, a Empresa prosseguiu em 2010 o esforço de investimento em activo fixo, na renovação da frota e na melhoria do equipamento e bem assim na aquisição de uma nova subsidiária a GPS, Lda. Prosseguiu também o esforço desenvolvido na melhoria da formação do pessoal.

No final do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o respectivo Anexo às demonstrações financeiras consolidadas que foram elaborados de acordo com o novo normativo contabilístico, o SNC, aplicado pela primeira vez no exercício de 2010.

Nos termos do artº 452º do Código das Sociedades Comerciais, foi-nos presente a Certificação Legal das Contas consolidadas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Conselho, documento com o qual concordamos.

No desempenho das nossas funções pudemos sempre contar com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços na prestação das informações e dos esclarecimentos que solicitámos.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações financeiras consolidadas acima referidas e o Relatório de Gestão Consolidado do Conselho de Administração satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis pelo que merecem o nosso acordo e devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos ainda expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços o apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções, considerando que são merecedores do reconhecimento por parte dos senhores accionistas pelo esforço do Conselho de Administração na forma como conduziu os destinos da Empresa durante o exercício.

Torres Novas, 30 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL,

Presidente: Fernando Cardoso Ventura

Vogal: Filipe Machado Anahory Garin

Vogal ROC: Joaquim Manuel da Silva Neves  
em representação de Silva Neves & Teresa Marques, SROC

## **5. RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS**

### **RODOVIÁRIA DO TEJO, SA**

## 5.1 RELATÓRIO DE GESTÃO

O relatório de gestão relativo à actividade consolidada da Rodoviária do Tejo, SA, faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas constituintes deste grupo, durante o ano de 2010. Apresenta igualmente, uma análise das perspectivas futuras do grupo e dos seus negócios, pelo que, neste âmbito se remete para a leitura do referido relatório.

Nos termos das obrigações legais salienta-se que não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social, e que não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

## 5.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido do exercício foi positivo no valor de 1.961.728,52€, propõe-se que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

- Reservas Legais 100.000€
- Resultados Transitados 1.261.728,52€
- Distribuição de Dividendos 600.000€

Torres Novas, 15 de Março de 2011

### O Conselho de Administração

#### O Presidente

Martinho Manuel dos Santos Costa

#### Vogais

Joaquim Mano Póvoas

David Humberto Canas Pedrosa

Rui Paulo Mota Pinto da Silva

Sérgio Sambade Nunes Rodrigues

Oswaldo Manuel da Silva Moreno (\*)

Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira (\*)

(\*) Administradores Executivos

## 5.3 BALANÇO

## RODOVIÁRIA DO TEJO, SA

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
<b>ACTIVO:</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	4	13.470.991,81	14.695.899,62
Goodwill	6	2.969.417,07	2.299.821,85
Activos intangíveis		8.931,14	4.160,40
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial	7	2.120.922,82	1.600.532,75
Outras Contas a Receber	25	682.773,65	682.773,65
Activos por impostos diferidos	8	133.169,40	143.553,08
Total do activo não corrente		19.386.205,89	19.426.741,35
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	9	224.286,73	253.770,13
Clientes	10	10.917.449,24	7.510.355,70
Adiantamentos a fornecedores		2.780,47	32.697,09
Estado e outros entes públicos	11	471.176,18	525.330,57
Accionistas/sócios			-
Outras contas a receber	25	4.039.729,42	761.038,30
Diferimentos	12	8.351,06	231.594,00
Caixa e depósitos bancários		4.148.106,83	6.532.855,57
Total do activo corrente		19.811.879,93	15.847.641,36
TOTAL DO ACTIVO		39.198.085,82	35.274.382,71
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	13.1	9.125.287,85	9.125.287,85
Ações (quotas) próprias		(46.357,97)	(46.357,97)
Reservas legais	13.2	530.143,87	370.143,87
Resultados transitados	13.3	5.908.426,27	3.525.893,64
Outras variações no capital próprio	13.4	96.960,49	215.531,65
Resultado líquido do período		1.961.728,52	3.346.693,03
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		17.576.189,03	16.537.192,07
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	14	42.216,46	51.833,32
Financiamentos obtidos	15	5.211.617,69	5.323.666,76
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	501.415,00	525.710,00
Passivos por impostos diferidos	8	383.931,58	404.477,56
Total do passivo não corrente		6.139.180,73	6.305.687,64
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores		2.996.879,80	2.529.772,38
Adiantamentos de clientes		6.388,32	-
Estado e outros entes públicos		507.436,98	617.498,94
Accionistas	17	77,78	33,99
Financiamentos obtidos	15	2.987.134,17	3.618.217,66
Outras contas a pagar	26	8.879.964,42	5.584.393,12
Diferimentos	12	104.834,59	81.586,91
Total do passivo corrente		15.482.716,06	12.431.503,00
TOTAL DO PASSIVO		21.621.896,79	18.737.190,64
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		39.198.085,82	35.274.382,71

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Sónia Ferreira

## 5.4 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## RODOVIÁRIA DO TEJO, SA

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS

## PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
Serviços prestados	18	33.110.007,68	32.336.111,04
Subsídios à exploração		2.678,76	6.205,15
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	358.334,07	258.227,51
Trabalhos para a própria entidade		42.675,74	54.328,53
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	(6.188.070,38)	(5.436.253,52)
Fornecimentos e serviços externos	19	(7.749.237,99)	(6.643.279,31)
Gastos com o pessoal	20	(14.376.696,02)	(14.265.962,70)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		6.614,30	(2.927,94)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(18.833,74)	(38.171,42)
Provisões		9.616,86	(6.413,92)
Outros rendimentos e ganhos	21	2.006.602,13	3.073.991,24
Outros gastos e perdas	22	(420.846,19)	(547.376,23)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>6.782.845,22</u>	<u>8.788.478,43</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/6	<u>(4.659.487,40)</u>	<u>(4.986.328,67)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>2.123.357,82</u>	<u>3.802.149,76</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	32.429,58	72.912,88
Juros e gastos similares suportados	23	(168.706,53)	(357.839,91)
Resultado antes de impostos		<u>1.987.080,87</u>	<u>3.517.222,73</u>
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(25.352,35)</u>	<u>(170.529,70)</u>
Resultado líquido do período		<u><u>1.961.728,52</u></u>	<u><u>3.346.693,03</u></u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
Sónia Ferreira

## 5.5 DEMONSTRAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO

RODOVIÁRIA DO TEJO, SADEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Reservas reavaliação	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	9.125.287,85	(42.342,37)	357.953,87	3.096.332,98	740.315,60	(251.979,98)		243.796,62	13.269.364,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (Nota 2)				(3.096.332,98)	1.828.117,04	361.714,64	215.531,65	200.098,08	(490.871,57)
Alterações de políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									-
Ajustamentos por impostos diferidos									-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008			12.190,00		957.461,00			(243.796,62)	725.854,38
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(4.015,60)				(109.734,66)			(113.750,26)
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009								3.146.594,95	3.146.594,95
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>9.125.287,85</u>	<u>(46.357,97)</u>	<u>370.143,87</u>	<u>-</u>	<u>3.525.893,64</u>	<u>-</u>	<u>215.531,65</u>	<u>3.346.693,03</u>	<u>16.537.192,07</u>
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									-
Ajustamentos por impostos diferidos									-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009	13.3		160.000,00		2.186.708,59			(3.346.692,99)	(999.984,40)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13.4				195.824,04		(118.571,16)		77.252,88
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2010								1.961.728,52	1.961.728,52
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>9.125.287,85</u>	<u>(46.357,97)</u>	<u>530.143,87</u>	<u>-</u>	<u>5.908.426,27</u>	<u>-</u>	<u>96.960,49</u>	<u>1.961.728,56</u>	<u>17.576.189,07</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2010.

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Sónia Ferreira

## 5.6 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RODOVIÁRIA DO TEJO, SADEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OSPERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		39.048.284,77	42.419.462,15
Pagamentos a fornecedores		(24.887.113,37)	(21.081.323,20)
Pagamentos ao pessoal		(9.667.436,66)	(9.537.739,68)
Caixa gerada pelas operações		<u>4.493.734,74</u>	<u>11.800.399,27</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.206.767,99)	(891.204,46)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.529.877,92)	(2.708.557,18)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>757.088,83</u>	<u>8.200.637,63</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3.252.709,10)	(2.232.386,86)
Investimentos financeiros		(804.678,00)	
		<u>(4.057.387,10)</u>	<u>(2.232.386,86)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			1.970.000,00
Subsídios ao investimento			100.000,00
Juros e rendimentos similares		41.297,66	41.640,70
Dividendos		34.800,00	380.015,39
		<u>76.097,66</u>	<u>2.491.656,09</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(3.981.289,44)</u>	<u>259.269,23</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		<u>27.988.939,73</u>	<u>11.327.992,04</u>
		<u>27.988.939,73</u>	<u>11.327.992,04</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(25.062.199,28)	(10.926.747,81)
Juros e custos similares		(159.994,61)	(382.405,92)
Dividendos		(799.956,21)	(119.999,93)
Reduções de capital e de out.instrum. de cap.próprio			(4.015,60)
Outras operações de financiamento		(1.127.337,76)	(3.150.780,45)
		<u>(27.149.487,86)</u>	<u>(14.583.949,71)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>839.451,87</u>	<u>(3.255.957,67)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(2.384.748,74)	5.203.949,19
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>6.532.855,57</u>	<u>1.328.906,38</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24	<u>4.148.106,83</u>	<u>6.532.855,57</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

## A ADMINISTRAÇÃO:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 David Humberto Canas Pedrosa  
 Rui Paulo Mota Pinto da Silva  
 Sérgio Sambade Nunes Rodrigues  
 Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Orlando Manuel Gonçalves Costa Ferreira

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Sónia Ferreira

## 5.7 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### RODOVIÁRIA DO TEJO, SA

#### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Rodoviária do Tejo, S.A., pessoa colectiva nº 502513900, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Torres Novas, foi constituída em 1992, tendo a sua sede social na Rua do Nogueiral, Edifício Galinha, 2350-413 Torres Novas e tem por objecto social o Transporte Público de Passageiros.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

#### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) e respectivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e respectivas interpretações técnicas (“IFRIC”) adoptadas na União Europeia.

##### Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“POC”).

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com a NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro e foram registados em resultados transitados, conforme estabelece esta norma.

As principais diferenças de políticas contabilísticas com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são as seguintes:

- O POC permitia a capitalização de algumas despesas que, de acordo com o SNC, devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício. À data da transição, as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento da NCRF 6 – Activos intangíveis, foram desreconhecidas.
- O registo dos investimentos financeiros em empresas associadas continua a ser efectuado pelo método da equivalência patrimonial;
- Reconhecimento das contas a receber e a pagar pelo valor descontado, sempre que aplicável;
- Os subsídios de investimento, que se encontravam registados como proveitos diferidos, passaram a ser registados a crédito da rubrica de capital próprio – outras variações no capital próprio;
- Os montantes relativos a reservas de reavaliação, resultantes das disposições legais, foram transferidos para a rubrica de resultados transitados;
- O SNC não contempla a existência de Resultados extraordinários.

Os efeitos, no balanço em 1 de Janeiro de 2009, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

Reconciliação, reportada a 31.12.2009, entre o capital próprio relatado segundo o anterior referencial contabilístico (POC) e o Capital próprio segundo as NCRF		Activo	Capital Próprio			Passivo	Total do Capital Próprio e Passivo
			Result. Transitados	Out. Componentes Cap. Próprio	Total Cap. Próprio		
Posição em 31.12.2009 de acordo com anterior referencial contabilístico (POC)		35.074.398,27	1.697.776,60	14.423.899,38	16.121.675,98	18.952.722,29	35.074.398,27
Correcções de erros cometidos segundo o anterior referencial contabilístico (POC)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações às políticas contabilísticas	Anulação do efeito da amortização do ano do Goodwill	199.984,44	0,00	199.984,44	199.984,44	0,00	199.984,44
	Reclassificação Subsídios ao Investimento	0,00	0,00	215.531,65	215.531,65	-215.531,65	0,00
	Reclassificação da Equivalência Patrimonial para Result. Transitados	0,00	-361.714,64	361.714,64	0,00	0,00	0,00
	Reclassificação das Reservas de Reavaliação p/ Result. Transitados	0,00	2.189.831,68	-2.189.831,68	0,00	0,00	0,00
Reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade		0,00			0,00	0,00	0,00
		0,00			0,00	0,00	0,00
		0,00			0,00	0,00	0,00
		0,00			0,00	0,00	0,00
Posição em 31.12.2009 de acordo com as NCRF		35.274.382,71	3.525.893,64	13.011.298,43	16.537.192,07	18.737.190,64	35.274.382,71

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

As demonstrações financeiras do período de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas de forma a estar de acordo com esse normativo.

### 3.2. Reconhecimento do rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos relativos a títulos vendidos são reconhecidos no mês em que é concretizada a sua venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transacção fluem para a Empresa.

As receitas recebidas antecipadamente pelos passes, são reconhecidas no mês seguinte, por se entender que a prestação do serviço será efectuada essencialmente no mês seguinte.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.

### 3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzindo as respectivas depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros activos fixos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração de resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação, que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

### 3.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos

de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem essencialmente:

- O goodwill, decorrente do excesso do custo de aquisição face ao justo valor da associada na data de aquisição. O goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual, e apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.
- Despesas com projectos de desenvolvimento, programas de computador e propriedade industrial (excepto concessões), que são amortizadas pelo método de quotas constantes durante um período compreendido entre 3 e 6 anos.

### 3.6. Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente no balanço. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração de resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

### 3.7. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para efectuar a venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

### 3.8. Contas a receber de clientes e outras entidades

As contas a receber de clientes e outras entidades são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de perdas de imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há uma evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as suas condições originais.

### 3.9. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

### 3.10. Imparidade de activos

Em cada data de balanço, é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades, nomeadamente da quais resulte um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração de resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados, na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.11. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.12. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente registados pelo seu justo valor deduzido dos gastos de transacção incorridos.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

### 3.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo

quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos, os respectivos impostos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato, é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formal ou substancialmente emitidas nas datas de relato.

### 3.15. Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

### 3.16. Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores na situação de reforma, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

Em cada data de relato, a Empresa mantém registada uma provisão para esse efeito constituída com base em estudo actuarial elaborado por uma entidade especializada e independente, que quantifica as responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões a empregados em situação de reforma à data em que a Empresa foi adquirida ao Estado Português. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém um estudo actuarial a 31 de Dezembro de cada ano e reforça a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, por contrapartida da demonstração de resultados do período.

### 3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre as condições que

ocorram após a data do balanço, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### 4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	3.746.259,60	11.342.794,05	37.063.375,52	265.576,41	751.910,44	425.748,41	918.595,08	54.514.259,51
Ajustamentos de conversão								-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	3.746.259,60	11.342.794,05	37.063.375,52	265.576,41	751.910,44	425.748,41	918.595,08	54.514.259,51
Aquisições		13.587,19	3.514.216,48	-	30.458,30	11.752,12	1.855.111,56	5.425.125,65
Alienações	(587.705,63)	(1.319.839,63)	(110.548,99)	(108.946,16)				(2.127.040,41)
Transferências e abates			169.780,36	27.900,00	(147.830,91)	(144.009,96)	(1.586.957,02)	(1.681.117,53)
Regularizações								-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3.158.553,97	10.036.541,61	40.636.823,37	184.530,25	634.537,83	293.490,57	1.186.749,62	56.131.227,22
Aquisições					20.244,40	521,00	3.367.193,77	3.387.959,17
Alienações			(106.903,57)	(57.093,63)				(163.997,20)
Transferências e abates		987.961,79	1.324.532,31	(27.900,00)	19.000,00		(3.233.636,55)	(930.042,45)
Regularizações								-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.158.553,97	11.024.503,40	41.854.452,11	99.536,62	673.782,23	294.011,57	1.320.306,84	58.425.146,74
<b>Amortizações acumuladas</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)		5.516.620,88	31.709.441,86	228.070,07	598.931,61	315.559,12		38.368.623,54
Ajustamentos de conversão								-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	5.516.620,88	31.709.441,86	228.070,07	598.931,61	315.559,12	-	38.368.623,54
Depreciações do exercício		257.577,72	4.610.469,28	29.486,45	67.793,80	20.887,78		4.986.215,03
Alienações		(712.712,83)	(105.261,69)	(103.284,61)				(921.259,13)
Transferências e abates			(706.503,01)		(147.830,91)	(144.009,96)		(998.343,88)
Regularizações			2.185,60		(2.093,56)			92,04
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	5.061.485,77	35.510.332,04	154.271,91	516.800,94	192.436,94	-	41.435.327,60
Depreciações do exercício		306.975,72	4.263.455,39	10.782,00	59.066,25	19.208,04		4.659.487,40
Alienações			(106.903,57)	(57.093,63)				(163.997,20)
Transferências e abates			(962.712,87)	(13.950,00)				(976.662,87)
Regularizações								-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	5.368.461,49	38.704.170,99	94.010,28	575.867,19	211.644,98	-	44.954.154,93
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	3.158.553,97	4.975.055,84	5.126.491,33	30.258,34	117.736,89	101.053,63	1.186.749,62	14.695.899,62
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	3.158.553,97	5.656.041,91	3.150.281,12	5.526,34	97.915,04	82.366,59	1.320.306,84	13.470.991,81

#### 5. LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os bens adquiridos em regime de locação financeira eram como segue:

	2010		2009	
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções			-	-
Equipamento básico	9.753.873,93	7.076.981,07	2.676.892,86	3.941.886,22
Equipamento de transporte	21.022,92	21.022,92	-	5.256,00
	9.774.896,85	7.098.003,99	2.676.892,86	3.947.142,22

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

	Goodwill	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Total
<u>Custo de aquisição</u>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	2.299.821,85		4.274,04	2.304.095,89
Ajustamentos de conversão				-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	2.299.821,85	-	4.274,04	2.304.095,89
Aquisições				-
Alienações				-
Transferências e abates				-
Regularizações				-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2.299.821,85	-	4.274,04	2.304.095,89
Aquisições	669.595,22		8.931,14	678.526,36
Alienações				-
Transferências e abates			(3.691,10)	(3.691,10)
Regularizações			(469,30)	(469,30)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.969.417,07	-	9.044,78	2.978.461,85
<u>Amortizações acumuladas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	199.984,50			199.984,50
Ajustamentos de conversão	(199.984,50)			(199.984,50)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	-	-	-
Depreciações do exercício			113,64	113,64
Alienações				-
Transferências e abates				-
Regularizações				-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	113,64	113,64
Depreciações do exercício				-
Alienações				-
Transferências e abates				-
Regularizações				-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	113,64	113,64
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009</u>	2.299.821,85	-	4.160,40	2.303.982,25
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010</u>	2.969.417,07	-	8.931,14	2.978.348,21

## 7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nas rubricas de Participações financeiras, bem como nas respectivas perdas por imparidade foi o seguinte:

	Método de Equivalência Patrimonial	Custo de Aquisição	Total
<u>Participações Financeiras</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	1.145.958,28	756.919,65	1.902.877,93
Ajustamentos de conversão			-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	1.145.958,28	756.919,65	1.902.877,93
Aquisições			-
Alienações			-
Transferências e abates	(563.835,19)		(563.835,19)
Método de equivalência patrimonial	261.490,01		261.490,01
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	843.613,10	756.919,65	1.600.532,75
Aquisições		875.151,22	875.151,22
Alienações			-
Transferências e abates	(43.500,00)	(669.595,22)	(713.095,22)
Método de equivalência patrimonial	358.334,07		358.334,07
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.158.447,17	962.475,65	2.120.922,82
<u>Perdas por Imparidade</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)			
Ajustamentos de conversão			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	-	-
Depreciações do exercício			-
Alienações			-
Transferências e abates			-
Método de equivalência patrimonial			-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-
Depreciações do exercício			-
Alienações			-
Transferências e abates			-
Método de equivalência patrimonial			-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009</u>	843.613,10	756.919,65	1.600.532,75
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010</u>	1.158.447,17	962.475,65	2.120.922,82

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Sede	2010			
	Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada
<u>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</u>				0,00
<u>Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)</u>				
Auto-Penafiel	543.929,32	-100.392,63	100,00%	443.536,69
GPS Transportes	205.556,00	134.163,95	100,00%	339.719,95
Intercentro	2.437.109,74	433.848,15	31,05%	891.432,42
Intersul	982.534,56	167.851,42	21,75%	250.208,95
RNE	772.916,88	98.304,49	22,50%	196.024,81
				<u>2.120.922,82</u>
				<u>2.120.922,82</u>
Sede	2009			
	Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada
<u>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</u>				0,00
<u>Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)</u>				
Auto-Penafiel	359.134,45	184.794,87	100,00%	543.929,32
Intercentro	2.203.158,54	63.620,27	31,05%	703.834,82
Intersul	865.338,16	40.489,91	21,75%	197.017,61
RNE	492.795,62	199.431,05	22,50%	155.751,00
				<u>1.600.532,75</u>
				<u>1.600.532,75</u>

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 12,5% na parte da matérias colectável que não ultrapasse os 12.500 Euros e 25% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em 2.000.000 Euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é detalhado conforme segue:

	2010	2009
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto corrente	22.797,72	260.030,93
Tributação autónoma	12.716,94	10.105,61
	<u>35.514,65</u>	<u>270.136,54</u>
Impostos diferidos:		
Activos	10.383,68	
Passivos	(20.545,98)	(99.606,84)
	<u>(10.162,30)</u>	<u>(99.606,84)</u>
	<u>25.352,35</u>	<u>170.529,70</u>

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Activos por impostos diferidos			
	2010		2009	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Perdas de imparidade e provisões	502.526,00	133.169,40	541.709,75	143.553,08
Prejuízos fiscais				
Ajustamentos de subsídios ao investimento				
	<u>502.526,00</u>	<u>133.169,40</u>	<u>541.709,75</u>	<u>143.553,08</u>

	Passivos por impostos diferidos			
	2010		2009	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Reavaliações	1.448.798,40	383.931,58	1.526.330,42	404.477,56
Mais valias reinvestidas				
Ajustamento de amortizações				
	<u>1.448.798,40</u>	<u>383.931,58</u>	<u>1.526.330,42</u>	<u>404.477,56</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)			130.248,73	490.780,05
Ajustamentos de conversão			4.239,93	
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	143.553,08	404.477,56	134.488,66	490.780,05
Movimentos do exercício:				
Perdas de imparidade e provisões	(10.383,68)	(20.545,98)	9.064,42	
Prejuízos fiscais				
Ajustamentos de subsídios ao investimento				
Reavaliações				(86.302,49)
Mais valias reinvestidas				
Ajustamento de amortizações				
	<u>(10.383,68)</u>	<u>(20.545,98)</u>	<u>9.064,42</u>	<u>(86.302,49)</u>
Saldo final	133.169,40	383.931,58	143.553,08	404.477,56

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos inventários são conforme se segue:

	2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	234.488,97	(10.202,24)	224.286,73
	<u>234.488,97</u>	<u>(10.202,24)</u>	<u>224.286,73</u>
	2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	270.586,67	(16.816,54)	253.770,13
	<u>270.586,67</u>	<u>(16.816,54)</u>	<u>253.770,13</u>

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)		13.888,60
Ajustamentos de conversão		
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	16.816,54	13.888,60
Aumentos		2.927,94
Reversões	-6.614,30	
Utilizações		
Saldo final	<u>10.202,24</u>	<u>16.816,54</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração de resultados, tem a seguinte composição:

	2010		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial		270.586,67	270.586,67
Compras		6.188.551,98	6.188.551,98
Regularizações		(36.579,30)	(36.579,30)
Saldo final		<u>234.488,97</u>	<u>234.488,97</u>
Custo das mercadorias vendida e matérias consumidas	-	6.188.070,38	6.188.070,38
	2009		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial		307.778,86	307.778,86
Compras		5.428.085,19	5.428.085,19
Regularizações		(29.023,86)	(29.023,86)
Saldo final		<u>270.586,67</u>	<u>270.586,67</u>
Custo das mercadorias vendida e matérias consumidas	-	5.436.253,52	5.436.253,52

10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica de Clientes é conforme se segue:

	2010		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
CLIENTES	11.052.567,91	(135.118,67)	10.917.449,24
	<u>11.052.567,91</u>	<u>(135.118,67)</u>	<u>10.917.449,24</u>
	2009		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
CLIENTES	7.633.849,26	(123.493,56)	7.510.355,70
	<u>7.633.849,26</u>	<u>(123.493,56)</u>	<u>7.510.355,70</u>

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de Clientes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)		88.883,13
Ajustamentos de conversão		
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	123.493,56	88.883,13
Aumentos	11.625,11	34.610,43
Reversões		
Utilizações		
Saldo final	<u>135.118,67</u>	<u>123.493,56</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Activos correntes:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC")	191.327,75	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar/pagar		
Reembolsos pedidos	279.848,43	525.330,57
Liquidações officiosas		
Contribuições para a Segurança Social		
Outros impostos		
	<u>471.176,18</u>	<u>525.330,57</u>

<u>Passivos correntes:</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC")		102.769,12
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	100.069,92	100.247,45
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar/pagar		
Reembolsos pedidos		
Liquidações officiosas		
Contribuições para a Segurança Social	407.367,06	414.477,37
Outros impostos		5,00
	<u>507.436,98</u>	<u>617.498,94</u>

## 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Diferimentos Activos:</u>		
<u>Correntes:</u>		
Juros	1.305,58	
Indem. Rescisão Contratos Trab.		223.770,26
Seguros		777,98
Outros	7.045,48	7.045,76
	<u>8.351,06</u>	<u>231.594,00</u>
<u>Não correntes:</u>	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>8.351,06</u>	<u>231.594,00</u>
<u>Diferimentos Passivos:</u>		
<u>Correntes:</u>		
Rendas	15.528,38	16.053,35
Vinhetas Passes - Interurbanas	59.286,65	57.326,54
Vinhetas Passes - 4_18	20.242,36	6.418,85
Vinhetas Passes - sub@23	2.959,80	1.788,17
Passe Urbano Linha	6.817,40	
	<u>104.834,59</u>	<u>81.586,91</u>
<u>Não correntes:</u>	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>104.834,59</u>	<u>81.586,91</u>

## 13. CAPITAL PRÓPRIO

### 13.1. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.828.715 acções com o valor nominal de 4,99 Euros, cada.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os detentores do capital social da Empresa são como se segue:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
INTERNORTE -Transportes Internacionais do Norte, Lda.	35,94%	3.279.318,22
ROTÁGUS - Prestação de Serviços, Gestão e Participações,	35,94%	2.495.189,62
INTERGALIZA - Participações e Transportes, Lda	27,34%	3.279.323,21
Outros	0,46%	42.415,00
Acções próprias	0,32%	29.041,80
	<u>100%</u>	<u>9.125.287,85</u>



	Processos judiciais em curso	Provisão para pensões	Outras provisões	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	45.419,40	491.504,63		536.924,03
Ajustamentos de conversão				-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	45.419,40	491.504,63	-	536.924,03
Aumentos	6.413,92	34.205,37		40.619,29
Reversões				-
Utilizações				-
Regularizações		(525.710,00)		(525.710,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	51.833,32	-	-	51.833,32
Aumentos				-
Reversões	(9.616,86)			(9.616,86)
Utilizações				-
Regularizações				-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	42.216,46	-	-	42.216,46

O valor correspondente à Provisão para Pensões (525.710,00), foi reclassificado para responsabilidades por Benefícios Pós Emprego, vide nota 16.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade	2010	2009
A favor do Estado		0
A favor de Autarquias Locais	107.972,59	107.972,59
A favor de Tribunais	161.154,42	100.638,57
A favor de Terceiros	59.967,59	59.967,59
	329.094,60	268.578,75

#### 15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Não corrente:</u>		
Empréstimos bancários	1.087.500,00	2.182.500,00
Contas caucionadas	1.979.000,00	
Locação financeira	2.145.117,69	3.141.166,76
	5.211.617,69	5.323.666,76
<u>Corrente:</u>		
Empréstimos bancários	1.095.000,00	1.135.000,00
Contas caucionadas		
Locação financeira	1.892.134,17	2.483.217,66
	2.987.134,17	3.618.217,66

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em financiamentos não correntes detalham-se como segue:

	2010	2009
<u>Não corrente:</u>		
1 a 2 anos	4.641.526,27	2.730.929,93
2 a 3 anos	570.091,42	2.592.736,83
3 a 4 anos		
4 a 5 anos		
mais de 5 anos		
	5.211.617,69	5.323.666,76

## 16. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme indicado na Nota 3.16., a Empresa assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social aos colaboradores em situação de reforma.

A avaliação actuarial mais recente dos activos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efectuada em 31 de Dezembro de 2010 por BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projectada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação actuarial atrás referida foram os seguintes:

	2010	2009
Tábua de Mortalidade	Tábua Francesa TV 73/77	Tábua Francesa TV 73/77
Taxa de rendimento do fundo	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

De acordo com a Avaliação Actuarial, e os respectivos pressupostos tomados em consideração, o valor actual das responsabilidades totais, a cargo da Rodoviária do Tejo, durante os exercícios de 2010 e 2009, ascendeu a 501,415 euros, e 525,710 euros, respectivamente.

## 17. ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Accionistas	2010	2009
<u>Passivo não corrente:</u>	-	-
<u>Passivo corrente:</u>		
Resultados Atribuidos	43,79	
Lucros Disponíveis	33,99	33,99
	<u>77,78</u>	<u>33,99</u>

18. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Serviços de transporte de passageiros:		
Carreiras Urbanas	606.459,71	652.080,07
Passe - Assinatura Normal	186.403,08	221.664,02
Passe Combinado Urbana/Interurbana	9.634,91	11.100,01
Serviços Urbanos Contratualizados	1.878.305,36	1.749.060,76
Passe Estudante 4-18	273.692,89	149.225,69
Carreiras Interurbanas	16.731.352,28	17.193.362,31
Passes Estud. 4-18 e Sub.23	1.237.198,85	531.749,61
Alugueres Ocasionais		
Alugueres à Intercentro e Intersul	1.623.099,38	1.753.812,28
Agências de Viagem e Turismo	806.981,31	669.641,48
Clientes Diversos	2.746.897,63	2.484.046,02
Alugueres Fixos	1.744.668,33	1.695.187,50
Alugueres para Expressos	5.138.619,25	5.101.596,15
Despachos	46.540,30	44.389,13
Armazenagem	5.411,37	4.018,66
Outros	74.743,03	75.177,35
	<u>33.110.007,68</u>	<u>32.336.111,04</u>

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada conforme se segue:

	2010	2009
Subcontratos	734.529,28	535.962,44
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	330.692,68	345.822,24
Publicidade e propaganda	53.009,25	45.854,80
Vigilância e segurança	81.903,79	77.600,06
Honorários	39.490,41	26.209,25
Comissões	143.315,96	139.988,42
Conservação e reparação	1.141.474,43	1.011.196,16
Materiais	91.377,05	
Energia e fluidos	2.945.858,07	2.327.677,04
Deslocações, estadas e transportes	62.407,84	52.220,21
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	287.685,79	243.263,16
Comunicação	111.141,55	100.391,86
Seguros	366.420,68	328.416,01
Contencioso e notariado	6.312,01	6.150,53
Despesas de representação		-
Limpeza, higiene e conforto	189.908,38	167.638,45
Outros serviços	1.163.710,82	1.234.888,68
	<u>7.749.237,99</u>	<u>6.643.279,31</u>

**20. GASTOS COM O PESSOAL**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de “Gastos com o pessoal” apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	167.552,13	175.394,70
Remunerações do pessoal	11.422.519,62	11.166.511,55
Pensões	67.256,70	27.831,66
Indemnizações	285.483,23	
Benefícios pós-emprego (Nota 16)	3.537,20	4.031,46
Encargos sobre remunerações	2.256.753,91	2.244.454,63
Seguro de acidentes de trabalho	76.096,61	68.859,76
Gastos de acção social	33.924,29	35.415,62
Outros gastos	63.572,33	543.463,32
	14.376.696,02	14.265.962,70

Durante os períodos de 2010 e 2009, o número médio de pessoal foi 654 e 647 empregados, respectivamente.

**21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

O detalhe da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é conforme se segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares	1.673.465,02	1.668.819,61
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento	34.010,90	
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em alienação de activos tangíveis	18.423,22	1.078.312,71
Outros	280.702,99	326.858,92
	2.006.602,13	3.073.991,24

**22. OUTROS GASTOS E PERDAS**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de “Outros gastos e perdas” apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Impostos e taxas	67.442,36	65.550,40
Dívidas incobráveis	14.518,86	3.856,97
Perdas em inventários	52.180,76	34.117,97
Descontos de pronto pagamento	7.971,44	
Donativos	7.685,00	127.292,50
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	18.774,39	21.748,83
Outros	252.273,38	294.809,56
	420.846,19	547.376,23

## 23. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os juros e outros rendimentos e gastos similares apresentavam a seguinte composição:

	2010	2009
Juros obtidos:		
Depósitos bancários	32.429,58	50.779,80
Outros financiamentos obtidos		
Dividendos obtidos		
Descontos P.P. Obtidos		22.133,08
Outros rendimentos similares		
	<u>32.429,58</u>	<u>72.912,88</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	42.482,52	109.606,83
Locações financeiras	83.674,43	186.641,95
Outros financiamentos	42.549,58	3.659,77
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Juros de Mora		9.100,08
Descontos P.P. Concedidos		10.250,70
Outros gastos e perdas de financiamento		38.580,58
	<u>168.706,53</u>	<u>357.839,91</u>

## 24. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A discriminação da caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalha-se conforme se segue:

	2010	2009
Numerário	11.487,66	7.343,78
Depósitos bancários à Ordem	136.619,17	474.511,79
Depósitos bancários a Prazo	4.000.000,00	6.051.000,00
Aplicações de tesouraria		-
	<u>4.148.106,83</u>	<u>6.532.855,57</u>
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários		
	<u>4.148.106,83</u>	<u>6.532.855,57</u>

**25. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Outras Contas a Receber, reparte-se da seguinte forma:

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<u>Não corrente</u>		
Outras contas a receber (Obras Sede)	682.774	682.774
<u>Corrente</u>		
Pessoal	123.632	117.600
Outros Clientes _Leasing (Leaseback)	1.583.285	
Requisições de Transporte a Facturar	91.382	17.310
Seguradoras	255.706	192.509
Devedores C/ Prazo - Emprést.a Associadas	953.540	
Devedores por Valores a Facturar	598.542	
Acréscimos de Proveitos		271.434
Outros	433.643	162.185
	4.039.729	761.039
	<b>4.722.503</b>	<b>1.443.812</b>

**26. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Outras Contas a Pagar, reparte-se da seguinte forma:

<b>Outras contas a pagar</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<u>Corrente</u>		
Clientes - Factoring	4.599.613	2.799.951
Fornecedores Investimento	477.411	553.278
Remunerações a liquidar	1.789.882	1.728.527
Facturação Leaseback	1.308.500	
Sinistros Exploração	197.304	153.001
Outros	507.254	349.636
	<b>8.879.964</b>	<b>5.584.393</b>

**5.8 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS****CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

EXERCÍCIO DE 2010

**Introdução**

1.Examinámos as demonstrações financeiras da **RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 39.198.085,82 euros e um total de capital próprio de 17.576.189,03 euros, incluindo um resultado líquido de 1.961.728,52 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística – SNC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho.

**Responsabilidades**

2.É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3.A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4.O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5.O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6.Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística - SNC.

## Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, consideramos de evidenciar o seguinte:

8.1. Conforme adequadamente se encontra referido no Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa apresenta pela primeira vez no exercício de 2010 as suas contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística - SNC. Foi adoptada pela Empresa a data de 1 de Janeiro de 2009 como a data de transição dos princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade para as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o Sistema de Normalização Contabilística - SNC, tendo as contas de 2009 sido reexpressas, para efeitos comparativos, em conformidade com as referidas NCRF.

8.2. De acordo com as políticas contabilísticas adoptadas, descritas na Nota 2 do Anexo, a transição para o normativo contabilístico NCRF implicou ajustamentos nas demonstrações financeiras estatutárias já aprovadas relativas ao exercício anterior, i.e. 2009, que estão adequadamente divulgadas nessa Nota 2 do Anexo de que resultou um ajustamento positivo no capital próprio nesse ano de 415.516,09 euros.

## Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Torres Novas, 30 de Março de 2011

**Silva Neves & Teresa Marques, SROC**  
representada pelo sócio

**Joaquim Manuel da Silva Neves, ROC 421**

**5.9 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL****EXERCÍCIO DE 2010**

Senhores Accionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem apresentar a V. Exas. o seu Parecer sobre o Relatório e Contas individuais da Rodoviária do Tejo, S.A. elaborados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2010.

No cumprimento das suas atribuições, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício, a actividade da Empresa e informou-se sobre os actos de gestão praticados pelo Conselho de Administração tendo procedido à análise das actas das respectivas reuniões e a contactos com os seus membros. O Conselho Fiscal procedeu à análise periódica das contas da Empresa e da informação financeira regularmente produzida, nela se incluindo os indicadores mensais do controlo de gestão e recebeu da Administração e dos Serviços as informações e esclarecimentos complementares sobre a evolução da situação da Empresa ao longo do ano e sobre as medidas adoptadas.

O resultado líquido de 2010, no montante de 1.961.728,52 euros representa uma redução de 41,4 % face aos 3.346.693,03 euros obtidos no exercício anterior, já reexpressos de acordo com o novo normativo contabilístico aplicado a partir deste exercício. É no âmbito do relatório de gestão da actividade consolidada da Rodoviária do Tejo que detalhadamente se explica a génese desta evolução.

No final do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Balanço, a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio e o respectivo Anexo que foram elaborados de acordo com o novo normativo contabilístico, o SNC, aplicado pela primeira vez no exercício de 2010.

Nos termos do artº 452º do Código das Sociedades Comerciais, foi-nos presente a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Conselho, documento com o qual concordamos.

No desempenho das nossas funções pudémos sempre contar com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços na prestação das informações e dos esclarecimentos que solicitámos.

Como consequência do exame a que procedeu, o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço e demais demonstrações financeiras do exercício de 2010;

2. Seja aprovada a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados obtidos;

3. Se proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade, nos termos e para os efeitos do artº 455º do Código das Sociedades Comerciais, entendendo o Conselho Fiscal que se justifica o reconhecimento do esforço do Conselho de Administração pela forma como conduziu os destinos da Empresa durante o exercício.

Torres Novas, 30 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL,

Presidente: Fernando Cardoso Ventura

Vogal: Filipe Machado Anahory Garin

Vogal ROC: Joaquim Manuel da Silva Neves  
em representação de Silva Neves & Teresa Marques, SROC

## ANEXOS

## 6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RICALDAS

ROCALDAS - EMPRESA TRANSPORTES AUTO-PENAFIELBALANÇO

31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
<u>ACTIVO:</u>			
<u>Activo não corrente:</u>			
Activos fixos tangíveis	4	673.350,10	595.749,59
Participações financeiras - outros métodos	7	11.005,00	11.005,00
Activos por impostos diferidos	8	61.589,57	-
Total do activo não corrente		<u>745.944,67</u>	<u>606.754,59</u>
<u>Activo corrente:</u>			
Inventários	9	49.127,11	42.288,76
Clientes	10	663.519,68	621.217,09
Adiantamentos a fornecedores		132,33	-
Estado e outros entes públicos	11	99.757,64	46.199,40
Outras contas a receber		13.563,95	3.909,94
Diferimentos	12	7.130,04	2.917,10
Caixa e depósitos bancários		<u>58.815,09</u>	<u>103.811,28</u>
Total do activo corrente		<u>892.045,84</u>	<u>820.343,57</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>1.637.990,51</u>	<u>1.427.098,16</u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>			
Capital realizado	13.1	299.278,71	299.278,71
Reservas legais	13.2	59.855,74	59.855,74
Resultados transitados	13.3	184.794,87	-
Outras variações no capital próprio	13.4	75.000,00	125.000,00
Resultado líquido do período		<u>(100.392,63)</u>	<u>184.794,87</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>518.536,69</u>	<u>668.929,32</u>
<u>PASSIVO:</u>			
<u>Passivo não corrente:</u>			
Financiamentos obtidos	15	<u>229.579,69</u>	<u>255.475,24</u>
Total do passivo não corrente		<u>229.579,69</u>	<u>255.475,24</u>
<u>Passivo corrente:</u>			
Fornecedores		245.383,89	181.179,93
Adiantamentos de clientes		259,43	-
Estado e outros entes públicos		27.135,71	25.856,65
Accionistas	17	277.700,00	-
Financiamentos obtidos	15	195.169,61	199.100,46
Outras contas a pagar		<u>144.225,49</u>	<u>96.556,56</u>
Total do passivo corrente		<u>889.874,13</u>	<u>502.693,60</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.119.453,82</u>	<u>758.168,84</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>1.637.990,51</u>	<u>1.427.098,16</u>

A GERÊNCIA:  
 Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 Rui Nuno Feliciano Vinhais

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
 Sónia Ferreira

**ROCALDAS - EMPRESA TRANSPORTES AUTO-PENAFIEL****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
	18		
Serviços prestados		1.715.659,65	1.974.502,10
Custo das mercadorias vendida e matérias consumidas		(363.167,95)	(310.365,39)
Fornecimentos e serviços externos	19	(504.704,99)	(508.190,77)
Gastos com o pessoal	20	(765.541,43)	(730.625,69)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(3.497,59)	(535,00)
Outros rendimentos e ganhos	21	75.703,76	98.482,44
Outros gastos e perdas	22	(23.476,58)	(18.394,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>130.974,87</u>	<u>504.872,73</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(284.938,02)	(274.078,01)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis			-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(153.963,15)</u>	<u>230.794,72</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	23		10.461,04
Juros e gastos similares suportados	23	(7.475,64)	(11.661,36)
Resultado antes de impostos		<u>(161.438,79)</u>	<u>229.594,40</u>
Imposto sobre o rendimento do período		61.046,16	(44.799,53)
Resultado líquido do período		<u>(100.392,63)</u>	<u>184.794,87</u>

## A GERÊNCIA:

Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 Rui Nuno Feliciano Vinhais

o TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
 Sónia Ferreira

**ROCALDAS - EMPRESA AUTO-PENAFIEL****DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009		299.278,71	59.855,74	209.988,44		167.416,95	736.539,84
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (Nota 2)							-
Alterações de políticas contabilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							-
Ajustamentos por impostos diferidos							-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008				167.416,95		(167.416,95)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				(377.405,39)	125.000,00		(252.405,39)
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009						184.794,87	184.794,87
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		299.278,71	59.855,74	-	125.000,00	184.794,87	668.929,32
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							-
Ajustamentos por impostos diferidos							-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009	13.3			184.794,87		(184.794,87)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13.4				(50.000,00)		(50.000,00)
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2010						(100.392,63)	(100.392,63)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		299.278,71	59.855,74	184.794,87	75.000,00	(100.392,63)	518.536,69

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO:  
 Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 Rui Nuno Feliciano Vinhais

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
 Sónia Ferreira

**ROCALDAS - EMPRESA TRANSPORTES AUTO-PENAFIEL****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS****PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>			
Recebimentos de clientes		1.683.891,08	1.763.886,80
Pagamentos a fornecedores		(803.746,87)	(762.596,43)
Pagamentos ao pessoal		(482.810,20)	(566.460,31)
Caixa gerada pelas operações		<u>397.334,01</u>	<u>434.830,06</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(27.914,43)	(93.071,69)
Outros recebimentos/pagamentos		(72.050,81)	(110.347,51)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>297.368,77</u>	<u>231.410,86</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(362.538,56)	(403.987,54)
		<u>(362.538,56)</u>	<u>(403.987,54)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			1.171,00
Subsídios ao investimento		50.000,00	50.000,00
		<u>50.000,00</u>	<u>51.171,00</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(312.538,56)</u>	<u>(352.816,54)</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		230.153,67	246.004,67
		<u>230.153,67</u>	<u>246.004,67</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(252.987,44)	(216.092,42)
Juros e custos similares		(6.992,63)	(21.441,32)
Dividendos			(377.405,39)
		<u>(259.980,07)</u>	<u>(614.939,13)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(29.826,40)</u>	<u>(368.934,46)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(44.996,19)	(490.340,14)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		103.811,28	594.151,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24	<u>58.815,09</u>	<u>103.811,28</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO:  
 Martinho Manuel dos Santos Costa  
 Joaquim Mano Póvoas  
 Rui Nuno Feliciano Vinhais

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
 Sónia Ferreira

## 6.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GPS

GPS TRANSPORTES, LDABALANÇO

31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
<u>ACTIVO:</u>			
<u>Activo não corrente:</u>			
Activos fixos tangíveis	4	1.581.188,31	1.381.722,29
Activos por impostos diferidos	6	8.489,93	-
Total do activo não corrente		<u>1.589.678,24</u>	<u>1.381.722,29</u>
<u>Activo corrente:</u>			
Inventários	7	2.750,00	5.810,00
Clientes	8	1.032.434,24	274.523,69
Estado e outros entes públicos	9	313.360,64	227.306,23
Outras contas a receber		4.377,42	47.082,70
Diferimentos	10	5.429,54	29.525,08
Outros activos financeiros		2.653,00	3.885,10
Caixa e depósitos bancários		52.374,66	1.318,64
Total do activo corrente		<u>1.413.379,50</u>	<u>589.451,44</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>3.003.057,74</u>	<u>1.971.173,73</u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>			
Capital realizado	13.1	100.000,00	100.000,00
Reservas legais	13.2	20.000,00	20.000,00
Resultados transitados	13.3	85.556,00	50.035,57
Resultado líquido do período		134.163,95	35.520,43
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>339.719,95</u>	<u>205.556,00</u>
<u>PASSIVO:</u>			
<u>Passivo não corrente:</u>			
Financiamentos obtidos	13	292.648,81	622.982,34
Accionistas			500.387,45
Total do passivo não corrente		<u>292.648,81</u>	<u>1.123.369,79</u>
<u>Passivo corrente:</u>			
Fornecedores		329.915,04	170.190,73
Estado e outros entes públicos	9	29.578,21	24.493,09
Accionistas	14	675.840,13	100.877,84
Financiamentos obtidos	13	743.202,88	310.573,39
Outras contas a pagar		592.152,72	36.112,89
Total do passivo corrente		<u>2.370.688,98</u>	<u>642.247,94</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.663.337,79</u>	<u>1.765.617,73</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>3.003.057,74</u>	<u>1.971.173,73</u>

## A GERÊNCIA:

Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
Paulo Renato Loureiro Carvalho  
Sónia Bela Duarte Ferreira

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Paula Godinho

## GPS TRANSPORTES, LDA

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro de 2010

	Notas	2010	2009
Vendas e Serviços prestados	15	1.680.353,43	1.056.905,64
Custo das mercadorias vendida e matérias consumidas			(670,00)
Fornecimentos e serviços externos	16	(800.371,28)	(542.750,24)
Gastos com o pessoal	17	(497.952,51)	(269.084,63)
Provisões		(34.861,75)	-
Aumentos/reduções de justo valor		(1.232,10)	-
Outros rendimentos e ganhos	18	110.912,28	4.046,18
Outros gastos e perdas	19	(16.147,26)	(677,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>440.700,81</u>	<u>247.768,98</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		<u>(277.475,63)</u>	<u>(132.879,28)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>163.225,18</u>	<u>114.889,70</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	20	94,77	155,49
Juros e gastos similares suportados	20	<u>(27.498,88)</u>	<u>(38.910,04)</u>
Resultado antes de impostos		<u>135.821,07</u>	<u>76.135,15</u>
Imposto sobre o rendimento do período		<u>(1.657,12)</u>	<u>(40.614,72)</u>
Resultado líquido do período		<u><u>134.163,95</u></u>	<u><u>35.520,43</u></u>

A GERÊNCIA:

Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
Paulo Renato Loureiro Carvalho  
Sónia Bela Duarte Ferreira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Paula Godinho

**GPS TRANSPORTES, LDA****DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009		100.000,00		(56.358,28)	103.132,39	146.774,11
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (Nota 2)						-
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2008			20.000,00	83.132,39	(103.132,39)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				23.261,46		23.261,46
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009					35.520,43	35.520,43
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		100.000,00	20.000,00	50.035,57	35.520,43	205.556,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009	13.3			35.520,43	(35.520,43)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-
Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2010					134.163,95	134.163,95
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		100.000,00	20.000,00	85.556,00	134.163,95	339.719,95

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2010.

## A ADMINISTRAÇÃO:

Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
 Paulo Renato Loureiro Carvalho  
 Sónia Bela Duarte Ferreira

## O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Paula Godinho

**GPS TRANSPORTES, LDA****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS****PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2010	2009
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>			
Recebimentos de clientes		922.262,88	992.915,44
Pagamentos a fornecedores		-640785,24	(635.284,99)
Pagamentos ao pessoal		(328.524,29)	(187.385,53)
Caixa gerada pelas operações		<u>(47.046,65)</u>	<u>170.244,92</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(48.721,79)	(45.469,19)
Outros recebimentos/pagamentos		543.359,24	113.508,61
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>447.590,80</u>	<u>238.284,34</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(641.226,02)	(246.480,67)
		<u>(641.226,02)</u>	<u>(246.480,67)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		170.000,00	
Juros e rendimentos similares		170,00	
		<u>170.170,00</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(471.056,02)</u>	<u>(246.480,67)</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		604.379,82	245.838,67
		<u>604.379,82</u>	<u>245.838,67</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(503.591,80)	(241.208,64)
Juros e custos similares		(27.498,88)	(36.195,87)
		<u>(531.090,68)</u>	<u>(277.404,51)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>73.289,14</u>	<u>(31.565,84)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		49.823,92	(39.762,17)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.203,74	44.965,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	21	<u>55.027,66</u>	<u>5.203,74</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO:  
Oswaldo Manuel da Silva Moreno  
Paulo Renato Loureiro Carvalho  
Sónia Bela Duarte Ferreira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:  
Paula Godinho